Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018 7

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 13

Demonstração do Resultado Abrangente 14

Demonstração do Fluxo de Caixa 15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018 16

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017 17

Demonstração do Valor Adicionado 18

Comentário do Desempenho 19

Notas Explicativas 27

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 93

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 97

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 98

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 99

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.921.414	1.867.664
1.01	Ativo Circulante	51.613	55.714
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.746	25.048
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.122	2.055
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.122	2.055
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.745	28.611
1.01.08.03	Outros	25.745	28.611
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	25.721	28.592
1.01.08.03.03	Outros Créditos	24	19
1.02	Ativo Não Circulante	1.869.801	1.811.950
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	162.116	161.235
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.153	6.134
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	6.153	6.134
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.485	17.623
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	18.485	17.623
1.02.02	Investimentos	1.701.319	1.644.222
1.02.02.01	Participações Societárias	1.701.319	1.644.222
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	80.625	77.605
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.534.096	1.478.799
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	86.598	87.818
1.02.03	Imobilizado	40	41
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	40	41
1.02.04	Intangível	6.326	6.452
1.02.04.01	Intangíveis	6.326	6.452
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.326	6.452

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.921.414	1.867.664
2.01	Passivo Circulante	18.467	18.927
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	714	1.051
2.01.01.01	Obrigações Sociais	714	1.051
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	714	1.051
2.01.02	Fornecedores	1.027	1.292
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.027	1.292
2.01.03	Obrigações Fiscais	93	77
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	77	75
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	71	71
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	6	4
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	16	2
2.01.05	Outras Obrigações	16.633	16.507
2.01.05.02	Outros	16.633	16.507
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.301	16.301
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	332	206
2.02	Passivo Não Circulante	6.499	6.499
2.02.04	Provisões	6.499	6.499
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.325	1.325
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	41	41
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	21	21
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	1.896.448	1.842.238
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.172.247	1.189.031
2.03.04.01	Reserva Legal	147.943	147.943
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.021.146	1.037.930
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	3.158	3.158
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	71.818	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-687.933	-687.109

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	70.644	99.751
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.487	-5.856
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-493	-2.619
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	76.624	108.226
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	70.644	99.751
3.06	Resultado Financeiro	350	1.905
3.06.01	Receitas Financeiras	364	1.914
3.06.02	Despesas Financeiras	-14	-9
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	70.994	101.656
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	70.994	101.656
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	70.994	101.656
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,73680	2,48690
3.99.01.02	PN	1,91050	2,73560
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,73680	2,48690
3.99.02.02	PN	1,91050	2,73560

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	70.994	101.656
4.03	Resultado Abrangente do Período	70.994	101.656

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.548	-3.840
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.154	-4.042
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	70.994	101.656
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	495	494
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-76.624	-108.226
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-19	0
6.01.01.05	Constituição de Provisões	0	-92
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	0	2.126
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.394	202
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	-5	-37
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-862	45
6.01.02.04	Fornecedores	-265	165
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-337	-106
6.01.02.06	Tributos a Recolher	16	-286
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	126	-3
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	-67	424
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	5.246	1.437
6.02.04	Dividendos Recebidos	5.246	1.437
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.302	-2.403
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.048	17.986
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.746	15.583

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-16.784	71.818	-824	54.210
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.994	0	70.994
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	-16.784	824	-824	-16.784
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	824	-824	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	-16.784	0	0	-16.784
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.172.247	71.818	-687.933	1.896.448

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	103.098	-1.442	101.656
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.656	0	101.656
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.442	-1.442	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	1.442	-1.442	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	103.098	-399.517	2.177.499

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-525	-2.686
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-525	-2.686
7.03	Valor Adicionado Bruto	-525	-2.686
7.04	Retenções	-494	-494
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-494	-494
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.019	-3.180
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	76.988	110.140
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	76.624	108.226
7.06.02	Receitas Financeiras	364	1.914
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	75.969	106.960
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	75.969	106.960
7.08.01	Pessoal	4.798	5.071
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.612	4.845
7.08.01.02	Benefícios	41	66
7.08.01.03	F.G.T.S.	145	160
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	174	233
7.08.02.01	Federais	153	139
7.08.02.02	Estaduais	4	64
7.08.02.03	Municipais	17	30
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3	0
7.08.03.03	Outras	3	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.994	101.656
7.08.04.02	Dividendos	15.790	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	55.204	101.656

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	9.022.442	9.060.252
1.01	Ativo Circulante	3.780.914	3.872.617
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	487.414	564.594
1.01.03	Contas a Receber	1.420.058	1.399.563
1.01.03.01	Clientes	1.258.393	1.251.864
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	1.751.148	1.719.835
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-492.755	-467.971
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	161.665	147.699
1.01.04	Estoques	11.303	9.732
1.01.06	Tributos a Recuperar	88.387	75.831
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	88.387	75.831
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.773.752	1.822.897
1.01.08.03	Outros	1.773.752	1.822.897
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	6.174	9.045
1.01.08.03.04	Outros Créditos	221.484	250.663
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	28.467	30.277
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	1.517.627	1.532.912
1.02	Ativo Não Circulante	5.241.528	5.187.635
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.650.458	1.644.921
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	44.756	38.904
1.02.01.03.01	Clientes	40.950	35.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.806	3.524
1.02.01.06	Tributos Diferidos	641.220	641.806
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	641.220	641.806
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.641	6.622
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	6.153	6.134
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	820.363	820.111
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	23.351	19.440
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	175.296	161.430
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	376.387	397.355
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	245.329	241.886
1.02.02	Investimentos	222.630	216.481
1.02.02.01	Participações Societárias	222.630	216.481
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	136.032	128.663
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	86.598	87.818
1.02.03	Imobilizado	151.866	151.672
1.02.04	Intangível	3.216.574	3.174.561
1.02.04.01	Intangíveis	3.216.574	3.174.561
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.206.982	3.164.619
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	9.592	9.942

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	9.022.442	9.060.252
2.01	Passivo Circulante	4.374.385	4.486.667
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	185.007	200.623
2.01.01.01	Obrigações Sociais	185.007	200.623
2.01.02	Fornecedores	758.627	831.582
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	758.627	831.582
2.01.03	Obrigações Fiscais	227.959	208.823
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	98.382	74.108
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	48.060	19.832
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	47.021	44.574
2.01.03.01.03	Outros	3.301	9.702
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	127.580	132.472
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.997	2.243
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	459.450	340.390
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	203.050	88.057
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	203.050	88.057
2.01.04.02	Debêntures	256.400	252.333
2.01.05	Outras Obrigações	2.606.304	2.765.944
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.095	19.732
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.095	19.732
2.01.05.02	Outros	2.596.209	2.746.212
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.301	16.301
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	2.524.487	2.677.615
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	993	4.638
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	54.428	47.658
2.01.06	Provisões	137.038	139.305
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	137.038	139.305
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	137.038	139.305
2.02	Passivo Não Circulante	2.751.609	2.731.347
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	136.891	142.292
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	36.917	42.409
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	36.917	42.409
2.02.01.02	Debêntures	99.974	99.883
2.02.02	Outras Obrigações	249.796	221.835
2.02.02.02	Outros	249.796	221.835
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.872	41.060
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	169.060	156.610
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.476	2.476
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	38.388	21.689
2.02.03	Tributos Diferidos	11.171	9.613
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.171	9.613
2.02.04	Provisões	2.353.751	2.357.607
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.990.962	1.996.750
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	62.063	59.791
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	64.931	64.095
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.720.751	1.738.673

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	143.217	134.191
2.02.04.02	Outras Provisões	362.789	360.857
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	360.706	358.700
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	2.083	2.157
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.896.448	1.842.238
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.172.247	1.189.031
2.03.04.01	Reserva Legal	147.943	147.943
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.021.146	1.037.930
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	3.158	3.158
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	71.818	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-687.933	-687.109

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.774.828	1.539.203
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.684.217	1.653.686
3.01.02	Receita de Construção	94.438	93.981
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	-4.423	-209.217
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	596	753
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.537.610	-1.271.439
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.443.172	-1.177.458
3.02.02	Custo de Construção - CPC 17	-94.438	-93.981
3.03	Resultado Bruto	237.218	267.764
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-98.528	-106.802
3.04.01	Despesas com Vendas	-51.145	-44.369
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-75.242	-78.349
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	23.309	12.854
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.550	3.062
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	138.690	160.962
3.06	Resultado Financeiro	-19.799	4.617
3.06.01	Receitas Financeiras	40.385	68.757
3.06.02	Despesas Financeiras	-60.184	-64.140
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	118.891	165.579
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-47.897	-63.923
3.08.01	Corrente	-45.754	-25.548
3.08.02	Diferido	-2.143	-38.375
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	70.994	101.656
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	70.994	101.656
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	70.994	101.656
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,73680	2,48690
3.99.01.02	PN	1,91050	2,76560
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,73680	2,48690
3.99.02.02	PN	1,91050	2,73560

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	70.994	101.656
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	70.994	101.656
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	70.994	101.656

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-75.087	270.709
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	181.492	217.917
6.01.01.01	Resultado antes do IR e CSLL	118.891	165.579
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	53.214	53.505
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-4.550	-3.062
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-9.567	-9.953
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	22.126	37.362
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-32.594	-70.588
6.01.01.09	Juros Pagos	-5.780	-15.317
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	6.517	16.695
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	14.066	26.871
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	10.910	12.188
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-596	-753
6.01.01.16	Realização de Provisão para Perdas	0	52
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	8.629	4.873
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	226	465
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-256.579	52.792
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (CVA, Bonificação de Outorga)	41.480	145.254
6.01.02.03	Contas a Receber	-50.849	-196.023
6.01.02.04	Subsidio Decreto nº 7.891/2013	15.285	-131.103
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-16.467	-75.014
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-13.866	-23.612
6.01.02.07	Estoques	-1.571	1.472
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	55.234	23.855
6.01.02.14	Fornecedores	-72.955	-42.783
6.01.02.15	Tributos a recolher	5.976	110.345
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-16.804	-21.898
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-140.612	205.137
6.01.02.18	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	-20.492	94.436
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-38.072	-37.936
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	-2.866	662
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-110.753	-118.336
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intagível	-111.657	-118.002
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	-4.342	-1.896
6.02.05	Dividendos Recebidos	5.246	1.562
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	108.660	-50.354
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-41.340	-50.354
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	150.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-77.180	102.019
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	564.594	917.464
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	487.414	1.019.483

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238	0	1.842.238
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238	0	1.842.238
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-16.784	71.818	-824	54.210	0	54.210
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.994	0	70.994	0	70.994
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	-16.784	824	-824	-16.784	0	-16.784
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	824	-824	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	-16.784	0	0	-16.784	0	-16.784
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.172.247	71.818	-687.933	1.896.448	0	1.896.448

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	103.098	-1.442	101.656	0	101.656
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.656	0	101.656	0	101.656
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.442	-1.442	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	1.442	-1.442	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	103.098	-399.517	2.177.499	0	2.177.499

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	2.950.557	2.649.448
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.842.606	2.532.053
7.01.02	Outras Receitas	22.142	28.287
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	94.438	93.981
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.629	-4.873
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.441.314	-1.185.417
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.307.696	-1.042.777
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.180	-48.659
7.02.04	Outros	-94.438	-93.981
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-94.438	-93.981
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.509.243	1.464.031
7.04	Retenções	-53.214	-53.505
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.214	-53.505
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.456.029	1.410.526
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.935	71.819
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.550	3.062
7.06.02	Receitas Financeiras	40.385	68.757
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.500.964	1.482.345
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.500.964	1.482.345
7.08.01	Pessoal	152.313	158.618
7.08.01.01	Remuneração Direta	129.408	135.056
7.08.01.02	Benefícios	16.523	16.598
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.382	6.964
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.213.139	1.153.393
7.08.02.01	Federais	675.671	619.733
7.08.02.02	Estaduais	535.204	531.774
7.08.02.03	Municipais	2.264	1.886
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	64.518	68.678
7.08.03.01	Juros	7.298	16.137
7.08.03.02	Aluguéis	4.334	4.538
7.08.03.03	Outras	52.886	48.003
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	2.057	492
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	50.829	47.511
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.994	101.656
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	70.994	101.656

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

1. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no primeiro trimestre de 2018 chegaram a R$106,2 milhões ante R$104,3 milhões em 2017, sendo 1,84% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Do total investido, o maior volume de R$100,5 milhões foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão Celesc D. Deste valor, R$83,2 milhões foram com recursos próprios (sendo R$68,9 milhões em materiais e serviços, R$14,3 milhões em mão de obra própria) e R$17,3 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 414, da ANEEL, de 09 de setembro de 2010.

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R$777 se refere à automação da Usina Garcia, R$551 na substituição do conduto de madeira da Usina Cedros e R$30 na substituição do tubo de sucção e das comportas da Usina Salto.

Em relação aos investimentos em SPEs, foram investidos R$1.617 na construção da Usina Garça Branca, R$2.275 em aumento de capital na SPE Rondinha Energética e R$450 em investimentos na EDP Transmissão Aliança SC.

Investimento	31 de março 2018 R$	%	31 de março 2017 R$	%	Análise Horizontal
Distribuição de Energia Elétrica	**100.499**	**94,61%**	**100.106**	**95,97%**	**0,39%**
Recursos Próprios	83.239	-	84.138	-	-
Participação Financeira do Consumidor	17.260	-	15.968	-	-
Geração de Energia Elétrica	**5.730**	**5,39%**	**4.199**	**4,03%**	**36,46%**
Participações Societárias	4.342	-	1.896	-	-
Parque Gerador Próprio	1.388	-	2.303	-	-
Total	**106.229**	**100%**	**104.305**	**100%**	**1,84%**

Fonte: DEF/DPCO

2. MERCADO ACIONÁRIO

O Índice BOVESPA fechou o 1º trimestre de 2018 com desempenho positivo de 11,73%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 4,31% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram desvalorização de 1,84% no primeiro trimestre de 2018.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2018 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Comentário do Desempenho

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

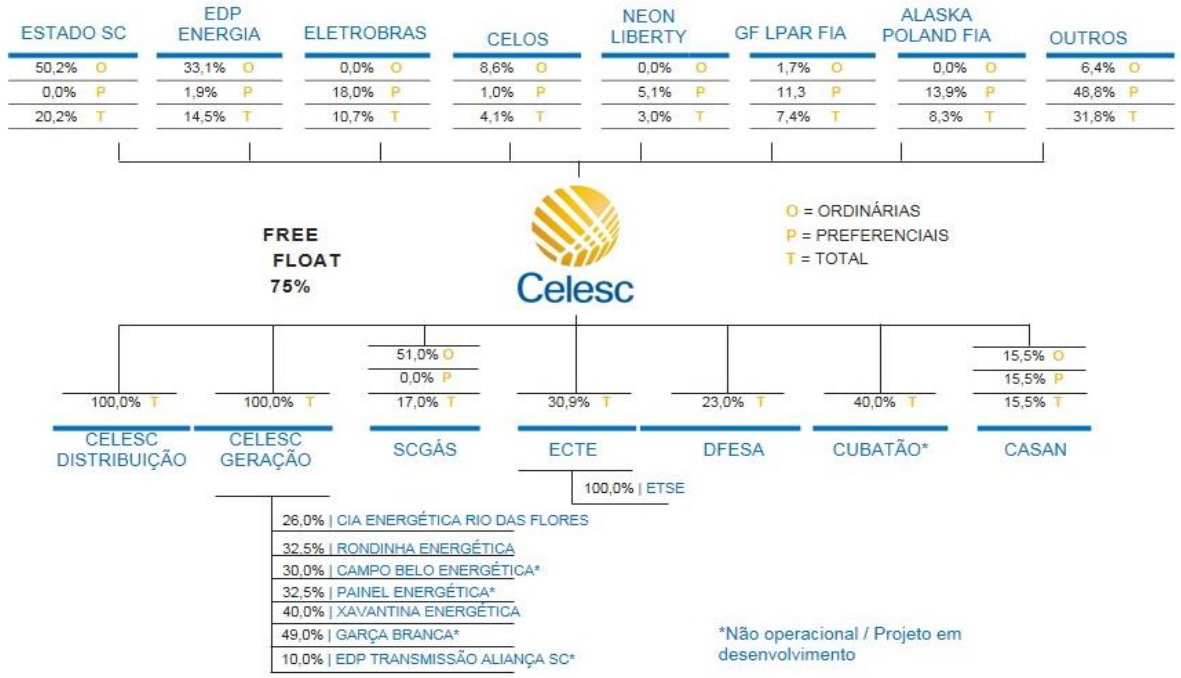
	Fechamento		Desempenho * Variação %
	31 março 2018	1º TRI 2018	Em 12 meses
Celesc PN	R$ 26,60	-1,84%	45,43%
Celesc ON	R$ 35,09	16,96%	52,56%
IBOVESPA	85.366	11,73%	31,36%
IEE	41.445	4,31%	3,69%

Fonte: DEF/DPRI
*Variações percentuais com ajuste a proventos

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 31 de março de 2018, conforme demonstrado no quadro anterior, são: R$35,09 (trinta e cinco reais e nove centavos) para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3) e R$26,60 (vinte e seis reais e sessenta centavos) para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária, em 31 de março de 2018 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

Comentário do Desempenho

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

4. RECURSOS HUMANOS

O grupo Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2018, com um quadro funcional de 3.158 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de 1,22% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.197 empregados).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O Lucro Líquido acumulado no trimestre findo em 31 de março de 2018 apresentado pela Companhia foi de R$71 milhões, que representa uma redução de 30,16%, se comparado ao mesmo período de 2017 (Líquido de R$101,6 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 31 de março de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	31 de março 2018	31 de março 2017	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	2.937.640	2.626.787	11,83%
Receita Operacional Líquida – ROL	1.774.828	1.539.203	15,31%
Resultado das Atividades	138.690	160.962	13,84%
EBITDA	191.904	214.467	-10,52%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	10,81%	13,93%	-3,12 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	4,00%	6,60%	-2,60 p.p.
Resultado Financeiro	(19.799)	4.617	-528,83%
Ativo Total	9.022.442	9.147.257	-1,36%
Imobilizado	151.866	157.529	-3,59%
Patrimônio Líquido	1.896.448	2.177.499	-12,91%
Lucro/Prejuízo Líquido	70.994	101.656	-30,16%

Fonte: DEF/DPCO

O Grupo encerrou 31 de março de 2018 com Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R$2.937,6 milhões com aumento de 11,83% em relação a 2017 num valor de R$2.626,8 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL aumentou 15,31%, fechando o primeiro trimestre de 2018 em R$1.774,8 milhões em relação ao mesmo período de 2017 num valor de R$1.539,2 milhões.

O resultado acumulado no primeiro trimestre de 2018 foi impactado, principalmente, pelo aumento do custo de energia na Celesc D com o encargo de uso do sistema e a atualização da despesa financeira do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Setorial da CDE.

Comentário do Desempenho

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

O EBITDA, do primeiro trimestre de 2018, atingiu o valor de R$191,9 milhões, ficando 10,52% inferior em relação a 2017 (R$214,5 milhões) e a Margem do EBITDA passou de 13,93% no primeiro trimestre de 2017 para 10,81% em 2018.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R$ MIL	31 de março 2018	31 de março 2017
Lucro/Prejuízo Líquido	70.994	101.656
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	47.897	63.923
Resultado Financeiro	19.799	(4.617)
Depreciação e Amortização	53.214	53.505
EBITDA	**191.904**	**214.467**

Fonte: DEF/DPCO

6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Base Acionária em 31 de março 2018

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A. (i)	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	257.600	1,66	2.600.000	11,28	2.857.600	7,41
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.203.000	13,90	3.203.000	8,30
Neon Liberty Capital Management LLC	-	0,00	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.256.582	48,85	12.249.534	31,77
Total	**15.527.137**	**40,26**	**23.044.454**	**59,74**	**38.571.591**	**100,00**

Capital Social: R$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R$1.340.000.000,00
*Companhia de Capital Aberto
Fonte: DEF/DPRI

(i) Aquisição de Participação Acionária pela Energias do Brasil S.A. – EDP

A Energias do Brasil S.A. – EDP adquiriu da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, acionista exclusiva do Angra Partners Volt FIA, 33,1% das ações ordinárias equivalentes a 5.140.868 ações ON , e 1,9% das ações preferenciais equivalentes a 437.807 ações PN, representando, em conjunto, 14,5% do total de ações de emissão da Companhia. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, sendo concluída em 21 de março de 2018.

Comentário do Desempenho

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

7. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o primeiro trimestre de 2018 representando 14,00% do Capital Social total da Companhia, detendo um volume de 5.399.508 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	5.399.508	14,00
Investidores Nacionais	33.172.083	86,00
Total	**38.571.591**	**100,00**

Fonte: DEF/DPRI

8. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.329	1,02%	9.463.989	24,54%
Conselho de Administração	-	-	2	0,00%	2	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	22	0,00%	22	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.101	98,98%	29.107.578	75,46%
Total	**15.527.137**	**100,00%**	**23.044.454**	**100,00%**	**38.571.591**	**100,00%**
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.101	98,98%	29.107.578	75,46%

Fonte: DEF/DPRI

9. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.147	98,98%	29.107.624	75,46%

Fonte: DEF/DPRI

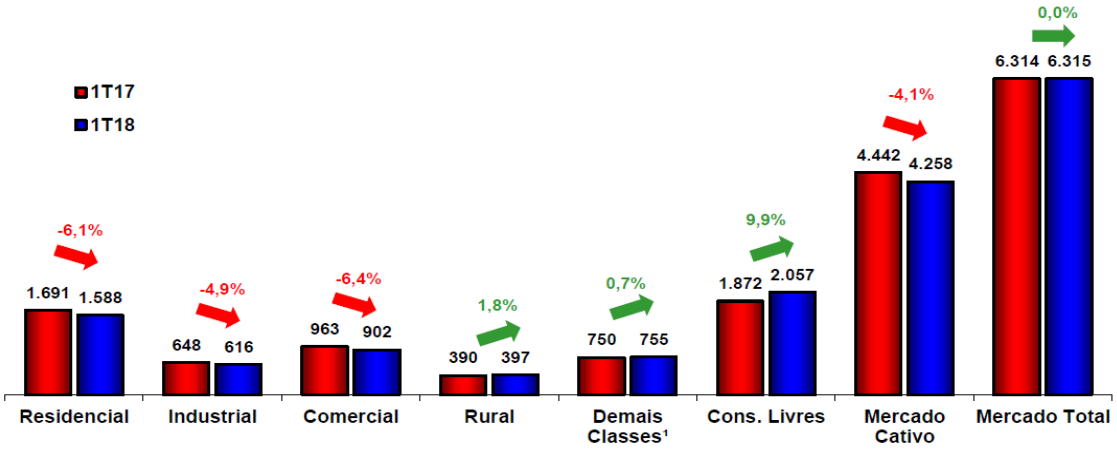
10. BALANÇO ENERGÉTICO

O Mercado Faturado Cativo da Celesc Distribuição apresentou retração de 4,1% no primeiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 4.258 GWh. Com relação ao Mercado Total, incluindo consumidores livres, o consumo de energia elétrica permaneceu estabilizado, totalizando 6.315 GWh distribuídos.

Comentário do Desempenho

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

No Gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o do Mercado Total.



Fonte: DCL/DPCM/DVME
Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

A migração de consumidores para o ACL – Ambiente de Contratação Livre ao longo de 2017 impactou o Mercado Faturado Cativo da Celesc Distribuição, provocando redução de consumo. Além disso, o verão com clima ameno também contribuiu para a queda de mercado.

Comentário do Desempenho

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

11. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2018		2017		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	1º Trim 2018	Acum 2018	1º Trim 2017	Acum 2017	1º Trim 18-17	Acum 18-17
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R$ mil										
Residencial	953.047	953.047	977.804	977.804	39,9%	39,9%	41,2%	41,2%	-2,5%	-2,5%
Industrial	437.772	437.772	427.645	427.645	18,3%	18,3%	18,0%	18,0%	2,4%	2,4%
Comercial	588.710	588.710	590.469	590.469	24,6%	24,6%	24,9%	24,9%	-0,3%	-0,3%
Rural	159.898	159.898	148.770	148.770	6,7%	6,7%	6,3%	6,3%	7,5%	7,5%
Poder Público	68.558	68.558	67.085	67.085	2,9%	2,9%	2,8%	2,8%	2,2%	2,2%
Iluminação Pública	60.554	60.554	54.781	54.781	2,5%	2,5%	2,3%	2,3%	10,5%	10,5%
Seviço Público	46.960	46.960	44.355	44.355	2,0%	2,0%	1,9%	1,9%	5,9%	5,9%
Subtotal	**2.315.500**	**2.315.500**	**2.310.909**	**2.310.909**	**96,9%**	**96,9%**	**97,4%**	**97,4%**	**0,2%**	**0,2%**
Suprimento	74.815	74.815	62.283	62.283	3,1%	3,1%	2,6%	2,6%	20,1%	20,1%
TOTAL	**2.390.315**	**2.390.315**	**2.373.192**	**2.373.192**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**0,7%**	**0,7%**
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.587.827	1.587.827	1.690.875	1.690.875	37,3%	37,3%	38,1%	38,1%	-6,1%	-6,1%
Industrial	615.879	615.879	647.653	647.653	14,5%	14,5%	14,6%	14,6%	-4,9%	-4,9%
Comercial	902.246	902.246	963.450	963.450	21,2%	21,2%	21,7%	21,7%	-6,4%	-6,4%
Rural	397.157	397.157	390.062	390.062	9,3%	9,3%	8,8%	8,8%	1,8%	1,8%
Poder Público	113.492	113.492	117.490	117.490	2,7%	2,7%	2,6%	2,6%	-3,4%	-3,4%
Iluminação Pública	164.198	164.198	158.289	158.289	3,9%	3,9%	3,6%	3,6%	3,7%	3,7%
Serviço Público	92.064	92.064	91.306	91.306	2,2%	2,2%	2,1%	2,1%	0,8%	0,8%
Subtotal	**3.872.862**	**3.872.862**	**4.059.125**	**4.059.125**	**90,9%**	**90,9%**	**91,4%**	**91,4%**	**-4,6%**	**-4,6%**
Suprimento	385.559	385.559	383.118	383.118	9,1%	9,1%	8,6%	8,6%	0,6%	0,6%
TOTAL	**4.258.421**	**4.258.421**	**4.442.243**	**4.442.243**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**-4,1%**	**-4,1%**
Preço Médio Unitário do MWh em R$										
Residencial	600,22	600,22	578,28	578,28	106,9%	106,9%	108,2%	108,2%	3,8%	3,8%
Industrial	710,81	710,81	660,30	660,30	126,6%	126,6%	123,6%	123,6%	7,6%	7,6%
Comercial	652,49	652,49	612,87	612,87	116,2%	116,2%	114,7%	114,7%	6,5%	6,5%
Rural	402,61	402,61	381,40	381,40	71,7%	71,7%	71,4%	71,4%	5,6%	5,6%
Poder Público	604,08	604,08	570,98	570,98	107,6%	107,6%	106,9%	106,9%	5,8%	5,8%
Iluminação Pública	368,79	368,79	346,08	346,08	65,7%	65,7%	64,8%	64,8%	6,6%	6,6%
Serviço Público	510,08	510,08	485,79	485,79	90,9%	90,9%	90,9%	90,9%	5,0%	5,0%
Subtotal	**597,88**	**597,88**	**569,31**	**569,31**	**106,5%**	**106,5%**	**106,6%**	**106,6%**	**5,0%**	**5,0%**
Suprimento	194,04	194,04	162,57	162,57	34,6%	34,6%	30,4%	30,4%	19,4%	19,4%
TOTAL	**561,31**	**561,31**	**534,23**	**534,23**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**5,1%**	**5,1%**

Fonte: DCL

12. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º "A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado".

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM /SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Companhia informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 15 de maio de 2018.

A Administração

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 09 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais Consolidadas

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045.

A Celesc atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 264 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por mais de 2,8 milhões de clientes.

2.1.1.1. Ambiente Regulatório

a) Reajuste Tarifário Anual de 2017

O Reajuste Tarifário da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2017 resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da ordem de 7,85%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário – IRT de 3,80% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de 2,83% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de 1,22%. Na composição do IRT para o período 2017-2018 a Parcela A (custos não-gerenciáveis) sofreu variação de 3,67% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro e a Parcela B (custos gerenciáveis) apresentou variação de 0,13%.

b) Bandeiras Tarifárias

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para 2018 são:

i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
ii) Bandeira Amarela: R$1,00 a cada 100Kwh;
iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R$3,00 a cada 100Kwh;
iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R$5,00 a cada 100Kwh.

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme os seguintes critérios:

i) Bandeira Verde: valor do Custo Variável Unitário – CVU das Usinas Térmicas for inferior a R$211,28/MWh;
ii) Bandeira Amarela: valor do CVU igual ou superior a R$211,28/MWh e inferior a R$422,56/MWh; e
iii) Bandeira Vermelha:
Patamar 1: valor do CVU for igual ou superior a R$422,56/MWh e inferior a R$610,00/MWh; e
Patamar 2: valor do CVU for igual ou superior ao limite a R$610,00/MWh.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da Liquidação das Operações do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no primeiro trimestre de 2018 foram:

Mês	Bandeira	Repasse da CCRBT à Celesc D (R$ mil)	Repasse da Celesc D à CCRBT (R$ mil)
Janeiro	Verde	-	-
Fevereiro	Verde	-	1.627
Março	Verde	1.905	-

Fonte: DEF/DPCO e DRJ/DPRA

c) Exposição Contratual 2014 – Despachos ANEEL nºs 2.642/15 e 2.078/16

A Celesc D ingressou com Ação Judicial em face da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, objetivando questionar o Despacho nº 2078/2016, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R$256 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, decisão esta atendida pela ANEEL quando da homologação da Revisão Tarifária, sendo que no momento a Empresa permanece

discutindo o mérito da ação em juízo, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária e, assim, eliminando qualquer redutor tarifário, bem como a aplicação de penalidades pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A juíza titular do processo que discute a exposição contratual de 2014, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida, constituindo uma condição de estabilização ao processo.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é a subsidiária integral da Celesc, que responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH, sete Usinas Hidrelétricas – UHEs e quatro Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Celesc G. Além disso, possui investimentos em parceria com investidores privados, sendo seis geradoras desenvolvidas no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE e uma transmissora.

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme quadro a seguir.

Tabela 1 – Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc G

Geradora	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Data de Vencimento da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,7	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,8	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,1	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
UHE Pery	Curitibanos/SC	30,00	14,08	09/07/2047
UHE Caveiras	Lages/SC	3,83	2,77	10/07/2018 (i)
PCH Celso Ramos	Faxinal do Guedes/SC	5,62	3,8	17/03/2035
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	2,60	2,03	(ii)
CGH Piraí	Joinville/SC	0,78	0,45	(ii)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	0,42	0,22	(ii)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	0,5	(ii)
Total		**106,97**	**67,19**	

Fonte: DGT/ADGT

(i) Ao término da atual concessão a UHE Caveiras se tornará CGH.

(ii) As Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs, com potência inferior a 5MW, estão dispensadas do ato de concessão, não possuindo, portanto, data de vencimento. A conversão do regime de concessão de “serviço público” para “registro” junto à ANEEL já foi concluído.

Outros projetos estão em fase de revisão para ampliação e reativação de usinas de propriedade integral conforme quadro a seguir:

Tabela 2 - Projetos de Expansão da Geração – Parque Próprio Celesc G

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
Investimentos em Ampliação na PCH Celso Ramos	12,82	7,56	100%	12,82	7,56	17/03/2035
Investimentos na Reativação na CGH Maruim	1,40	0,78	100%	1,40	0,78	-
Investimentos em Ampliação na UHE Salto	29,28	17,5	100%	29,28	17,5	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Cedros (1 e 2)	13,00	8,42	100%	13,00	8,42	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Palmeiras	25,35	17,15	100%	25,35	17,15	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Caveiras	13,83	9,74	100%	13,83	9,74	(i)
Investimentos em Ampliação na CGH Rio do Peixe	9,00	4,92	100%	9,00	4,92	(ii)
Total	**104,68**	**66,07**		**104,68**	**66,07**	

Fonte: DGT/ADGT

(i) Dependerá do Estudo de Inventário do Trecho do Rio e da Outorga de Autorização. Ao término da atual concessão a UHE Caveiras se tornará CGH.
(ii) Dependerá da Outorga de Autorização.

O parque de geração, já em operação, em parceria com investidores privados no formato de Sociedades de Propósito Específico – SPE, possui 25,28MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 8,05MW de potência instalada, conforme quadro adiante.

Tabela 3 – Novos Empreendimentos em Operação – Participação Minoritária

Usinas	Localização	Prazo de Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Belmonte	Belmonte/SC	13/05/2039	3,60	26,07%	0,94
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	14/10/2040	9,60	32,50%	3,12
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	08/04/2040	6,08	40,00%	2,43
Total - MW			**25,28**		**8,05**

Fonte: DGT/ADGT

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 25,65MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 9,17MW de potência instalada proporcional, conforme quadro a seguir:

Tabela 4 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
PCH Garça Branca	6,50	3,40	49,00%	3,19	1,67	05/03/2043
PCH Campo Belo	9,95	4,31	30,00%	2,99	1,29	13/05/2044
PCH Painel	9,20	4,80	32,50%	2,99	1,56	05/03/2043
Total	**25,65**	**12,51**		**9,17**	**4,52**	

Fonte: DGT/ADGT

O Consórcio Aliança é formado pela Celesc G (10%) e pela EDP Energias do Brasil (90%), para a construção de três trechos de Linhas de Transmissão de 525kV (Campos

Novos – Abdon Batista, com 39Km; Abdon Batista – Siderópolis 2, com 261Km e Biguaçu – Siderópolis 2, com 149Km); dois trechos de Linhas de Transmissão de 230kV (Siderópolis 2 – Forquilhinha, com 28Km; e Siderópolis 2 – Siderópolis, com 7,5Km); além da subestação 525kV/230kV – Siderópolis 2. A entrada em operação comercial está prevista para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Tabela 5 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento em Transmissão – Participação Minoritária

Transmissora	Localização	Termo Final da Concessão	Km Linha	Subestações	Data prevista de entrada em operação	Status
EDP Transmissão Aliança SC	Santa Catarina	11/08/2047	485	1	11/08/2022	Licenciamentos

Fonte: DGT/ADGT

2.1.2.1. Ambiente Regulatório

a) Concessões Prorrogadas

Das 12 usinas que formam o parque próprio da Celesc G, cinco foram objeto do Leilão nº 012/2015, do qual a Celesc G sagrou-se vencedora do Lote C e retomando a concessão das Usinas Palmeiras, Bracinho, Garcia, Cedros e Salto.

Em 2016, a Empresa pagou R$228,6 milhões relativos ao Bônus de Outorga exigidos no Leilão para o referido lote, e, consequentemente, assinou os Contratos de Concessão nº 006 e 007/2016. Setenta por cento da energia das usinas está alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência alocado às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional e os outros 30% são comercializados no mercado livre.

Em relação à Usina Pery, a Celesc G decidiu prorrogar a concessão desta usina nos termos da Lei nº 12.783/13, por 30 anos, vigorando a partir 10 de julho de 2017, com a alocação integral da energia no regime de cotas da garantia física de energia e de potência. A indenização dos ativos não amortizados, R$114 milhões, referente à ampliação da Usina concluída em 2013, será pago à Celesc G ao longo do novo prazo de concessão.

Com relação à concessão da PCH Celso Ramos, com o projeto de ampliação da ordem de 7,2MW (5,4MW para 12,6MW) aprovado pelo Órgão Regulador, a Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANELL nº 5.078/2015, a autorização para a realização das obras de ampliação, bem como, a prorrogação antecipada da concessão por 20 anos. O prazo para as obras de ampliação da usina encerra-se no ano de 2021.

Com a finalidade de legitimar as referidas autorizações, a Celesc G firmou junto à ANEEL o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013, assinado em 03 de fevereiro de 2016.

b) Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor – GSF*, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural. O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Empresa detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da Garantia Física. Buscando assegurar posicionamento adequado perante a questão, mantém monitoramento permanente sobre o andamento do processo e acompanha as movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

2.2. Demais Participações

2.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total da controlada em conjunto SCGÁS, empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc; Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A SCGÁS detém Contrato de Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S.A., questionando alteração no Capital Social e o Acordo de Acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis. Atualmente, os efeitos da sentença encontram-se suspensos até julgamento dos referidos recursos.

2.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A coligada ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

A ECTE detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 1º de novembro de 2000, para implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525kV de tensão, com 252,5 km de extensão de linhas, entre as subestação de Campos Novos e Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é

detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE, Alupar, com 50%, e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, com 19%.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A ECTE possui um subsidiária, a Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, cujo Contrato de Concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30 anos, responsável pela construção das subestações Abdon Batista (525kV/230kV) e Gaspar (230kV/138kV).

2.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A coligada DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com Contrato de Concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da Empresa. As empresas Gerdau, com 52% de participação; Copel com 23% e Statkraft Energias Renováveis S.A. com 2%, são os demais sócios.

2.2.4. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. – Usina Cubatão

Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão. Empreendimento localizado em Joinville, Santa Catarina, com potência instalada de 50MW. Após enfrentar entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89).

Na 9ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 27 de março de 2018, foi decidido por unanimidade recomendar ao MME, a extinção da Concessão da Usina Hidrelétrica Cubatão, acolhendo nosso pleito e a Nota Técnica da SCG (nº 82/2018-SCG/ANEEL, de 01 de março de 2018).

A Celesc possui 40% do Capital Social da Empresa, a Inepar, com 40%, e a Statkraft, com 20%, são os demais sócios. O investimento na Usina Cubatão está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária.

2.2.5. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan

A Casan é uma sociedade de economia mista de capital aberto e possui a função de planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento na sua área de concessão, na qual a Celesc é detentora de 15,48% do total das ações da Empresa. O controle acionário é do Governo do Estado de Santa Catarina, que possui 64,21%, os demais investidores são: SC Parcerias detentora de 18,03% e Codesc com 2,28% das ações. O investimento na Casan está classificado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Informações Trimestrais, Individual e Consolidada, são descritas a seguir.

3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 02 de maio de 2018.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.6)
b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 11)
c) Bonificação de Outorga; (Nota 13.2)
d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 17 e 18)
e) Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; (Nota 20)
f) Contingências; (Nota 27)
g) Benefícios de Planos de Pensão (Passivo Atuarial); (Nota 28)
h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 31.1);
i) Depreciação – Celesc G (Nota 18);
j) Amortização do Ativo Indenizatório – Celesc D (Nota 19).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação

das Demonstrações Financeiras Anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo reconhecidos nos balanços patrimoniais.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes a Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados do período findo em 31 de março de 2017, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS* 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS* 1 – *Presentation of Financial Statements*) e o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (*IAS 34 – Interim Financial Reporting*).

Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

4.2.1. Demonstração do Fluxo de Caixa – Consolidado

			Consolidado
	31 de março 2017	Reclassificação	31 de março 2017 (Reapresentado)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**165.579**	**-**	**165.579**
Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais			
Depreciação e Amortização	53.505	-	53.505
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	12.188	-	12.188
Resultado da Equivalência Patrimonial (Nota 17)	(3.062)	-	(3.062)
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	(753)	-	(753)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	465	-	465
Provisão/Reversão para Perdas em Ativos	52	-	52
Juros e Variações Monetárias	25.374	-	25.374
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	25.490	1.381	26.871
Provisão para Passivo Atuarial	16.695	-	16.695
Atualização e Juros cobertura Passivo Atuarial	12.080		12.080
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	-	-	-
Receita Financeira SC Parcerias	(92)		(92)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	4.873	-	4.873
Realização de Provisão para Perdas	-	-	-
Atualização Monetária Bonificação Outorga	(9.953)	-	(9.953)
Aumento (Redução) nos Ativos	**(255.171)**	**-**	**(255.171)**
Contas a Receber	(196.023)	-	(196.023)
Tributos a Recuperar	(75.014)	-	(75.014)
Depósitos Judiciais	(23.612)	-	(23.612)
Estoques	1.472	-	1.472
Ativo Financeiro – (CVA, Bonificação de Outorga)	145.254	-	145.254
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	(131.103)	-	(131.103)
Outras Contas	23.855	-	23.855
Aumento (Redução) nos Passivos	**309.344**	**(1.381)**	**307.963**
Fornecedores	(42.783)	-	(42.783)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (i)	(6.582)	(15.316)	(21.898)
Tributos a Recolher	110.345	-	110.345
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA	94.436	-	94.436
Taxas Regulamentares (ii)	206.518	(1.381)	205.137
Passivo Atuarial (i)	(53.252)	15.316	(37.936)
Outras Contas	662	-	662
Caixa Gerado (Aplicado) pelas Operações	**356.614**	**-**	**356.614**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(70.588)	-	(70.588)
Juros Pagos (Nota 23 e 24)	(15.317)	-	(15.317)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**270.709**	**-**	**270.709**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(118.002)	-	(118.002)
Aumento (Redução) de Capital	(1.896)	-	(1.896)
Redução Capital Social Investidas	-	-	-
Dividendos Recebidos	1.562	-	1.562
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Investimentos	**(118.336)**	**-**	**(118.336)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	(50.354)	-	(50.354)
Adições nos Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	-	-	-
Ingressos de Debêntures (Nota 24)	-	-	-
Pagamento de Debêntures (Nota 24)	-	-	-
Pagamento de Dividendos (Nota 29)	-	-	-
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamentos	**(50.354)**	**-**	**(50.354)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**102.019**	**-**	**102.019**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**917.464**	**-**	**917.464**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**1.019.483**	**-**	**1.019.483**

(i) A Celesc D reclassificou, de Passivo Atuarial para Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias, o Programa de Demissão Voluntária – PDV e o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Tais reclassificações alteraram os saldos dessas rubricas em R$15.316.

(ii) A Celesc D reclassificou em junho de 2017 o montante de R$59.796 de taxas regulamentares para provisão de contingência regulatória por tratar-se de ação judicial, ajuizada em 01 de julho de 2005, na qual a Advocacia Geral da União pleiteia repasses a título de Encargos de Capacidade Emergencial – ECE. O valor da reclassificação no primeiro trimestre de 2017 foi R$1.381.

4.3. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo *IASB* e adotadas Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

***IFRS* 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros"** – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o *IFRS* 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e com prospecção de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge.*

A reapresentação das informações comparativas, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas, de períodos anteriores não é exigida. Desta maneira, com a aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia reconheceu as diferenças dos saldos contábeis de ativos financeiros em reserva de lucros.

O valor do impacto no Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2018 foi de R$16.784 e representam a melhor expectativa de perdas de crédito na data base das Demonstrações Financeiras Anuais.

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2017	**Adoção CPC48/ IFRS 9**	**01 de janeiro de 2018**	**31 de dezembro de 2017**	**Adoção CPC48/ IFRS 9**	**01 de janeiro de 2018**
ATIVO CIRCULANTE						
Contas a Receber de Clientes				1.399.563	(16.784)	1.382.779
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Investimentos	1.644.222	(16.784)	1.627.438			
TOTAL ATIVO	**1.867.664**	**(16.784)**	**1.850.880**	**9.060.252**	**(16.784)**	**9.043.468**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Reservas de Lucros	1.189.031	(16.784)	1.172.247	1.189.031	(16.784)	1.172.247
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.867.664**	**(16.784)**	**1.850.880**	**9.060.252**	**(16.784)**	**9.043.468**

***IFRS* 15/CPC 47 – "Receita de Contratos com Clientes" –** Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. As efetivas modificações trazidas pelo CPC 47 são: i) a modificação de contrato (ajuste retroativo); ii) reconhecimento da Receita cumprida uma obrigação havendo então a transferência de controle ao cliente; iii) reconhecimento da Receita em determinado momento ou ao longo do tempo; iv) determinação do preço total ou parcialmente variável; v) uso de estimativas e limites que necessitam de alto grau de julgamento, podendo afetar o valor ou até mesmo o momento de reconhecimento de receita; vi) divulgações mais amplas.

4.4. Novas Normas e Interpretações

A seguinte nova norma foi emitida pelo *IASB* mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

***IFRS* 16/CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil"** – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A administração ainda está avaliando os impactos de sua adoção. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras do Grupo.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo do Grupo Celesc.

5.1. Classe de Risco Financeiro

5.1.1. Categoria Crédito:

Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Categoria Liquidez:

Acesso ao Mercado de Capitais

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado afetando o planejamento de caixa, execução das estratégias ou geração futura de retornos financeiros, através do comprometimento da estrutura de capital.

Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

							Consolidado 31 de Março 2018
Descrição	**Taxas %**	**Menos de um mês**	**De um a três meses**	**De três meses a um Ano**	**Entre um e cinco anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Contas a Receber		1.345.154	45.895	29.009	32.422	8.528	**1.461.008**
Caixa e Equivalente de Caixa		487.414	-	-	-	-	**487.414**
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (ii)		1.517.627	-	-	-	-	**1.517.627**
Bonificação Outorga	IPCA	2.635	5.201	20.851	99.426	173.792	**301.905**
Total Ativo		**3.352.830**	**51.096**	**49.860**	**131.848**	**182.320**	**3.767.954**
Empréstimo Bancário	110% a 121,5%CDI	10.038	20.008	-	-	-	**30.046**
Empréstimo Bancário	7,55% a.a. a 7,67% a.a.	917	-	154.215	-	-	**155.132**
Eletrobrás	5%a.a	1.198	2.343	10.694	10.685	2.412	**27.332**
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	767	1.331	6.015	24.684	2.108	**34.905**
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a.a.	-	105.665	-	104.816	-	**210.481**
Debêntures – Celesc G	125% do CDI	-	151.149	-	-	-	**151.149**
Fornecedores		480.796	277.774	57	-	-	**758.627**
Conta Desenvolvimento Energético – CDE (ii)		2.407.769	-	-	-	-	**2.407.769**
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	11.186	9.088	42.260	271.117	147.454	**481.105**
Passivo Financeiro – "Parcela A" CVA (i)	SELIC	83	167	762	44.691	-	**45.703**
Total Passivo		**2.912.754**	**567.525**	**214.003**	**455.993**	**151.974**	**4.302.249**

(i) Taxa Selic projetada para os próximos 12 meses.
(ii) Vide Nota 26.

Capital Circulante Líquido

O capital de giro (circulante) líquido – CCL – é obtido pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Sendo o volume de recursos necessários para a empresa completar o ciclo operacional.

O capital circulante líquido no final do período do primeiro trimestre de 2018 encontra-se negativo em R$593.471, devido ao vencimento da 1ª Emissão de Debêntures Simples pela Celesc G, as amortizações de empréstimos da Celesc D e os valores devidos referentes ao Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (taxa regulamentar CDE).

A Administração entende não haver risco de liquidez, e repactuou a Emissão de Debêntures da Celesc G, com data de vencimento em 03 de março de 2018 para 1º de junho de 2018. Em paralelo, a Celesc G já iniciou os procedimentos da 2ª Emissão de Debêntures, que será destinada para quitação da 1ª Emissão de Debêntures.

A Celesc D contratou junto ao Banco do Brasil, por meio da Linha de Crédito

Agroindustrial, com taxas de juros mais baixas, R$150,0 milhões para capital de giro e vem quitando mensalmente a parcela do Subsídio Decreto nº 7.891/2013 da CDE.

Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (Celos), por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

Aceleração de Dívida

Risco do vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro devido ao não cumprimento dos *covenants* financeiros e não financeiros, estabelecidos nas cláusulas referentes aos contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

5.1.3. Categoria Mercado:

Taxa de Câmbio e Juros

Risco de perdas provocado pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio comprometendo a estratégia.

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão:

Planejamento e Orçamento

Risco de perdas pela ausência de sistemas especializados, simulação de cenários baseada em informações não confiáveis, premissas inadequadas e dificuldade de consolidação de informações para gerar planejamento e monitoramento do orçamento comprometendo a expectativa, resultados e metas aprovados.

Contraparte

Risco de perdas e/ou dificuldade de execução de suas estratégias devido ao não cumprimento total ou parcial pela contraparte (fornecedores, prestadores de serviço etc.) das cláusulas acordadas, expondo o grupo a contingências, obrigações solidárias e perdas financeiras.

Investimentos

Risco de perdas por decisões de investimentos em desacordo com o alinhamento estratégico, pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes e desembolsos imprevistos.

Faturamento

Risco de perdas financeiras provocadas pela falta de qualidade do faturamento,

representada por faturamento pela média, leitura equivocada, fraude, falta de qualidade de equipamentos e de capacitação de equipe própria e de terceiros.

5.2.2. Categoria Processo:

Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

Perdas

Risco da redução de receita devido ao aumento de perdas técnicas e não técnicas da energia comercializada, em função da deficiência da infraestrutura dos sistemas de distribuição ou ainda por ineficiência de controle de fraudes e roubos.

Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios

5.2.3. Categoria Risco de Produção de Energia Elétrica:

Afluência Média

As Usinas da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico.

Disponibilidade das Unidades Geradoras

Devido à idade avançada das usinas da Celesc G (idades de 50 a 109 anos), ao desgaste natural de peças e equipamentos e aos serviços de melhoria e modernização, a geração de energia é influenciada pela disponibilidade das unidades geradoras.

5.3. Classe de Risco de *Compliance*

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal:

Revisão Tarifária

Risco de perdas provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia do processo de revisão tarifária, resultando em tarifas inferiores às esperadas, acarretando na redução da margem das distribuidoras.

Regulação do Setor Elétrico

Risco de exposição a sanções administrativas aplicadas pela ANEEL diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às

interferências de órgãos externos.

Extinção da Concessão de Distribuição

Risco de extinção do Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica pelo não cumprimento dos limites estabelecidos no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Distribuidora, para os indicadores coletivos de continuidade e sustentabilidade econômico-financeira.

Distribuição de Energia

A Companhia assinou em 09 de dezembro de 2015 o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos: redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

ANO	GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DECi [1]	FECi [1]	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR}≥0	12,58	9,84	
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR[2]]}≤1/0,8*SELIC[3]	11,56	9,25	
2020	DIVIDA LIQUIDA/{LAJIDA (-)QRR}<1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

Fonte: DDI

[1] DECi-Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora: e FECi-Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

[2] QRR: Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

[3] Selic: limitada a 12,87% a.a.

Extinção da Concessão de Geração

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da Usina Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

5.4. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2018:

					Consolidado
Premissas	**Efeitos das Contas sobre o Resultado**	**Saldo**	**(Cenário I)**	**(Cenário II)**	**(Cenário III)**
CDI[1] (%)			**6,28%**	**7,85%**	**9,42%**
	Aplicações Financeiras	381.060	23.931	29.913	35.896
	Empréstimos	(30.036)	(1.886)	(2.358)	(2.829)
	Debêntures	(356.374)	(22.380)	(27.975)	(33.570)
SELIC			**6,27%**	**7,84%**	**9,41%**
	Ativo Financeiro – Parcela A – CVA	(39.381)	(2.469)	(3.087)	(3.706)
	Parcelamento CDE	(862.386)	(54.072)	(67.611)	(81.151)
IPCA[2] (%)			**2,68%**	**3,35%**	**4,02%**
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 14)	166.066	4.451	5.563	6.676
	Bonificação de Outorga	273.796	7.338	9.172	11.007
	Reserva Matemática a Amortizar	(452.471)	(12.126)	(15.158)	(18.189)

5.5. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

		Consolidado
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Total dos Empréstimos	239.967	130.466

[1] Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT N18 com vencimento em 02/07/2018 (fechamento 11/04/2018)
[2] IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Debêntures	356.374	352.216
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(487.414)	(564.594)
Dívida Líquida	108.927	(81.912)
Total do Patrimônio Líquido	**1.896.448**	**1.901.473**
Total do Capital	**2.005.375**	**1.819.561**
Índice de Alavancagem Financeira (%)	**5,43%**	**-4,5%**

5.6. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2018. O valor contábil representa o valor justo dos ativos. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

		Consolidado
Descrição – Nível 2	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Custo Amortizado		
Caixa e Equivalentes	487.414	564.594
Contas a Receber de Clientes (Nota 11)	1.461.008	1.434.943
Descrição – Nível 3		
Custo Amortizado		
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (NE 10)	1.517.627	1.532.912
Ativo Financeiro Bonificação de Outorga (Nota 13)	273.796	272.163
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)		
Ações (Nota 10)	137.261	137.261
Outros	217	217
Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)		
Ativo Indenizatório (Concessão) (Nota 14)	376.387	397.355
Total do Ativo	**4.253.710**	**4.339.445**

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

a) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

b) Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de março de 2018.

Consolidado

Descrição	Nível	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	2	487.414	-	-	487.414
Ações	3	-	-	137.261	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	376.387	-	376.387
Contas a Receber de Clientes	2	2.068.376	-	-	2.068.376
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 12)	3	1.517.627	-	-	1.517.627
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	273.796	-	-	273.796
Outros	3	-		217	217
		4.347.213	**376.387**	**137.478**	**4.861.078**
Passivo					
Fornecedores	2	758.627	-	-	758.627
Empréstimos	2	265.344	-	-	265.344
Debêntures	2	356.374	-	-	356.374
Reserva Matemática a Amortizar	3	452.471	-	-	452.471
Encargos Setoriais – CDE	3	2.407.768	-	-	2.407.768
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA	3	39.381	-	-	39.381
		4.279.965	**-**	**-**	**4.279.965**

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2017.

Consolidado

Descrição	Nível	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	2	564.594	-	-	564.594
Ações	3	-	-	137.261	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	397.355	-	397.355
Contas a Receber de Clientes	2	2.017.527	-	-	2.017.527
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 12)	3	1.532.912	-	-	1.532.912
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	272.163	-	-	272.163
Outros	3	-	-	217	217
		4.387.196	**397.355**	**137.478**	**4.922.029**
Passivo					
Fornecedores	2	831.582	-	-	831.582
Empréstimos	2	161.031	-	-	161.031
Debêntures	2	352.216	-	-	352.216
Reserva Matemática a Amortizar	3	460.992	-	-	460.992
Encargos Setoriais – CDE	3	2.562.138	-	-	2.562.138

Passivo Financeiro – Parcela "A" – CVA	3	26.327	-	-	26.327
		4.394.286	**-**	**-**	**4.394.286**

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

	Consolidado	
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.174.428	1.145.115
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	259.012	249.283
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	634.936	623.129
	2.068.376	**2.017.527**

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. ESTOQUES

	Consolidado	
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Almoxarifado	11.195	9.628
Outros	108	104
	11.303	**9.732**

Os estoques são compostos por materiais, no almoxarifado, destinados principalmente à manutenção das operações de distribuição de energia.

9. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Recursos em Banco e em Caixa	242	46	106.354	129.086
Aplicações Financeiras	23.504	25.002	381.060	435.508
	23.746	**25.048**	**487.414**	**564.594**

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito

Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 99,6% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes disponíveis para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)				
Ações Casan[3]	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	**137.478**	**137.478**	**137.478**	**137.478**

10.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento.

O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R$110.716.

Para o cálculo do *valuation* o período de projeção adotado é de 17 anos (até 2034), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 12,4 % a.a., com taxa de crescimento a longo prazo (perpetuidade) nominal de 4,0% a.a. (meta central de inflação a partir de 2020).

A Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em razão de se tratar de uma estimativa com diversas variáveis e de que o resultado dessas estimativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não resultou em acréscimo relevante. O valor justo em 31 de março de 2018 permanece inalterado.

Conciliação do Valor Contábil:

	Controladora	Consolidado
Descrição	**Total**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2016	**137.261**	**137.261**
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 31 de dezembro de 2017	**137.261**	**137.261**
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 31 de março de 2018	**137.261**	**137.261**

[3] Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado 31 de março 2018	Consolidado 31 de dezembro 2017
Consumidores					
Residencial	411.947	143.799	93.835	649.581	595.065
Industrial	203.847	38.060	354.644	596.551	613.108
Comércio, Serviços e Outros	253.516	48.857	89.510	391.883	374.307
Rural	77.302	15.712	17.793	110.807	108.314
Poder Público	68.199	1.427	9.672	79.298	73.668
Iluminação Pública	29.477	355	16.021	45.853	48.488
Serviço Público	25.038	219	1.424	26.681	28.748
	1.069.326	**248.429**	**582.899**	**1.900.654**	**1.841.698**
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	96.917	7.513	12.650	117.080	113.406
Transações no Âmbito da CCEE	8.185	-	14.251	22.436	28.483
Outros Créditos	-	3.070	25.136	28.206	33.940
	105.102	**10.583**	**52.037**	**167.722**	**175.829**
	1.174.428	**259.012**	**634.936**	**2.068.376**	**2.017.527**
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(607.368)	(582.584)
				1.461.008	**1.434.943**
Circulante				**1.420.058**	**1.399.563**
Não Circulante				**40.950**	**35.380**

O Ofício ANEEL-SFF nº 84/2018 determina que deverão compor a base de cálculo da alíquota efetiva, o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre as Receitas Financeiras da atualização dos Ativos Regulatórios e da atualização do Ativo Financeiro da Concessão.

A Diretoria da Companhia, em conformidade com o referido Ofício, aprovou a cobrança dos valores retroativos de maio de 2015 a fevereiro de 2018, atualizados monetariamente pela Selic, no montante de R$13,5 milhões, na alíquota efetiva repassada aos consumidores em março de 2018 com reflexos financeiros em maio de 2018.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado 31 de março 2018	Consolidado 31 de dezembro 2017
Consumidores		
Residencial	96.755	91.692
Industrial	217.155	207.302
Têxtil (i)	114.613	114.613
Comércio, Serviços e Outras	85.715	81.559
Rural	15.376	10.597
Poder Público	11.459	11.436
Iluminação Pública	15.500	14.543

Serviço Público	1.434	1.382
Concessionárias e Permissionárias (ii)	15.916	16.533
Consumidores Livres	8.443	8.312
Outros	25.002	24.615
Total	**607.368**	**582.584**
Circulante	**492.755**	**467.971**
Não Circulante	**114.613**	**114.613**

b.1) Movimentação

	Consolidado
Descrição	**Montante**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**582.584**
Provisão Constituída no Exercício	9.422
Baixas de Contas a Receber	(1.422)
Ajuste CPC 48	16.784
Saldo em 31 de março de 2018	**607.368**

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil RenauxView S.A..

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R$18.231. Em 2017, a Celesc D, considerando a possibilidade de não receber os valores da empresa Buettner S.A, reverteu o provisionamento realizado em 2011 e lançou para perdas o montante de R$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R$16.888. A Celesc D recebeu referente a recuperação judicial o montante de R$3.283, valor este revertido da provisão.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Empresa no montante de R$55.794.

Em relação à Companhia Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R$45.215 em 2013.

b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil

Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A composição, por empresa está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado Montante
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**114.613**
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	
Saldo em 31 de março de 2018	**114.613**
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor – GSF*

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R$26.657 mil. Do montante total, foi revertido no ano de 2018 o montante de R$1.130 mil devido ao seu recebimento nesse ano, enquanto que no ano de 2017 o recebimento foi de R$11.276 mil. Dessa forma, o saldo ainda provisionado é de R$14.251 mil em 31 de março de 2018, considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo em face à controvérsia e à incerteza do deslinde do processo judicial.

b.3) Movimentação da PECLD da *GSF*

Descrição	Consolidado Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**15.381**
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(1.130)
Saldo em 31 de março de 2018	**14.251**

12. ATIVOS FINANCEIROS E OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Outros Créditos a Receber - Circulante	31 de março 2018	Consolidado 31 de dezembro 2017
Dividendos	6.174	9.046
Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (i)	1.517.627	1.532.912
Pessoal a Disposição	2.966	3.209
Adiantamento Proinfa	14.519	14.519
Adiantamentos Diversos	3.281	3.286
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	47.141	65.612
Compartilhamento de Infraestrutura	3.631	3.631
Conta Bandeiras	2.010	54.825
Programa Baixa Renda	48.552	15.282
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	28.467	30.277
Outras Contas (ii)	99.384	90.298
Total Circulante	**1.773.752**	**1.822.897**
Outros Créditos a Receber – Não Circulante		
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	245.329	241.886
Outras Contas	3.806	3.524
Total Não Circulante	**249.135**	**245.410**
Total	**2.022.887**	**2.068.307**

(i) Em 15 de agosto de 2017, por meio da Resolução Homologatória nº 2.286/2017, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R$60.103, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, com vigência de agosto de 2017 a julho de 2018 (Nota 26).

(ii) Despacho ANEEL nº 4171/2017 referente a valores a receber da Eletrosul. (Nota 31.2 – c).

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. Parcela A – CVA

Consolidado

Ativos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2017	Adição	Amortização	Remuneração	31 de março 2018	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	**619.149**	**27.641**	**(33.807)**	**8.171**	**621.154**	**53.340**	**567.814**	**431.883**	**189.271**
Energia	551.747	(3.098)	(27.873)	7.189	527.965	43.976	483.989	366.636	161.329
Proinfa	-	3.102	-	34	3.136	-	3.136	2.091	1.045
Transporte Rede Básica	53.660	25.685	(5.375)	736	74.706	8.482	66.224	52.631	22.075
Transporte de Energia	13.742	1.952	(559)	212	15.347	882	14.465	10.525	4.822
Demais Ativos Financeiros Setoriais	**61.207**	**(19.199)**	**(16.261)**	**(91)**	**25.656**	**25.656**	**-**	**25.656**	**-**
Neutralidade da Parcela A	61.207	(19.199)	(16.261)	(91)	25.656	25.656	-	25.656	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	**680.356**	**8.442**	**(50.068)**	**8.080**	**646.810**	**78.996**	**567.814**	**457.539**	**189.271**

Passivos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2017	Adição	Amortização	Remuneração	31 de março 2018	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	**(602.870)**	**31.493**	**54.189**	**(7.961)**	**(525.149)**	**(85.500)**	**(439.649)**	**(378.599)**	**(146.550)**
Proinfa	(8.646)	-	3.354	-	(5.292)	(5.292)	-	(5.292)	-
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(349.634)	(18.555)	43.940	(4.301)	(328.550)	(69.329)	(259.221)	(242.143)	(86.407)
CDE	(244.590)	50.048	6.895	(3.660)	(191.307)	(10.879)	(180.428)	(131.164)	(60.143)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	**(103.813)**	**(61.103)**	**5.092**	**(1.218)**	**(161.042)**	**(8.269)**	**(152.773)**	**(79.933)**	**(81.109)**
Neutralidade da Parcela A	-	(39.959)	-	(196)	(40.155)	-	(40.155)	(26.770)	(13.385)
Sobrecontratação de Energia	(22.739)	-	-	(379)	(23.118)	-	(23.118)	(15.412)	(7.706)
Devoluções Tarifárias	(79.883)	(13.611)	4.630	(500)	(89.364)	(7.540)	(81.824)	(29.346)	(60.018)
Outros	(1.191)	(7.533)	462	(143)	(8.405)	(729)	(7.676)	(8.405)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	**(706.683)**	**(29.610)**	**59.281**	**(9.179)**	**(686.191)**	**(93.769)**	**(592.422)**	**(458.532)**	**(227.659)**
Total Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais	**(26.327)**	**(21.168)**	**9.213**	**(1.099)**	**(39.381)**	**(14.773)**	**(24.608)**	**(993)**	**(38.388)**

Descrição	31 de março 2018	31 de dezembro 2017
		Consolidado
CVA 2017 – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(32.160)	(52.540)
CVA 2018 – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	128.165	68.819
Total da Parcela A – CVA	**96.005**	**16.279**
Outros Itens – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	17.387	28.557
Outros Itens - Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	(152.773)	(71.163)
Total Outros Itens – CVA	**(135.386)**	**(42.606)**
Total	**(39.381)**	**(26.327)**

13.2. Bonificação de Outorga

A Celesc G pagou em 2016 R$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

a) Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017;

b) Somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR);

c) Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
						Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017	**39.655**	**56.781**	**43.401**	**26.070**	**106.256**	**272.163**
Atualização Monetária	255	366	280	166	691	1.758
Juros	1.177	1.709	1.263	879	2.781	7.809
Amortização/Baixa	(1.194)	(1.724)	(1.279)	(878)	(2.859)	(7.934)
Em 31 de março de 2018	**39.893**	**57.132**	**43.665**	**26.237**	**106.869**	**273.796**
					Circulante	**28.467**
					Não Circulante	**245.329**

14. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Descrição	Consolidado 31 de março 2018	Consolidado 31 de dezembro 2017
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	**373.966**	**394.934**
Em Serviço	166.066	160.069
Em Curso	207.900	234.865
Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)	**2.421**	**2.421**
Ativo Indenizatório	2.421	2.421
Total Não Circulante	**376.387**	**397.355**

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Descrição	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017	**394.934**
(+) Novas Aplicações	5.628
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	(26.966)
(+) Ajuste VNR (i)	596
(-) Resgate	(226)
Em 31 de março de 2018	**373.966**

(i) A Companhia reconheceu no período do primeiro trimestre de 2018, o montante de R$596, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

b) Ativo de Concessão – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato. A ANEEL ainda não homologou os valores indenizatórios solicitados pela Empresa.

Investimentos em Usinas	Consolidado 31 de março de 2018	Consolidado 31 de dezembro de 2017
PCH Bracinho	85	85
PCH Cedros	195	195
PCH Salto	1.906	1.906
PCH Palmeiras	235	235
Total	**2.421**	**2.421**

15. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
ICMS[4]	-	-	41.012	41.537
PIS e COFINS[5]	-	-	21.491	21.222
IRPJ e CSLL[6]	1.635	1.627	46.063	27.180
Outros	487	428	3.172	5.332
Total	**2.122**	**2.055**	**111.738**	**95.271**
Circulante	**2.122**	**2.055**	**88.387**	**75.831**
Não Circulante	**-**	**-**	**23.351**	**19.440**

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos a pedido de liminar deferida pela Justiça Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador. (Nota 27)

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo não circulante são:

	Controladora				Consolidado	
Descrição	**Outros Créditos de Partes Relacionadas**	**Tributos a Recolher**	**Tributos a Compensar**	**Contas Receber por Vendas**	**Outros Créditos de Partes Relacionadas**	**Outros Passivos de Partes Relacionadas**
Em 31 de dezembro de 2017						
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	132.472	41.537	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	8.249	-	-
Rede Subterrânea (i)	6.134	-	-	-	6.134	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	-	19.732
	6.134	**132.472**	**41.537**	**8.249**	**6.622**	**19.732**
Em 31 de março de 2018						
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	127.580	41.012	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	9.200	-	-
Rede Subterrânea (i)	6.153	-	-	-	6.153	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	-	10.095
	6.153	**127.580**	**41.012**	**9.200**	**6.641**	**10.095**

[4] Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

[5] Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

[6] Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

A movimentação no resultado do exercício:

	Controladora			Consolidado
Descrição	**Receitas Financeiras**	**Tributos/ Deduções da Receita**	**Receita de Vendas**	**Receitas Financeiras**
Em 31 de março de 2017				
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	578.520	-	-
Receita de Vendas	-	-	20.226	-
Rede Subterrânea (i)	92	-	-	92
	92	**578.520**	**20.226**	**92**
Em 31 de março de 2018				
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	535.193	20.854	-
Rede Subterrânea (i)	19	-	-	19
	19	**535.193**	**20.854**	**19**

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/95, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos (dividendos do exercício de 2015), a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito.

Em 31 de março de 2018 o valor atualizado monetariamente era de R$6.153.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31de março 2018**	**31de março 2017**	**31de março 2018**	**31de março 2017**
Administradores				
Honorários	1.228	1.170	1.228	1.170
Participação nos Lucros e/ou Resultados	-	-	-	-
Passivo Atuarial	43	40	43	40
Encargos Sociais	351	355	351	355
Outros	6	43	6	43
	1.628	**1.608**	**1.628**	**1.608**

17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31de março 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31de março 2018**	**31 de Dezembro 2017**
Controladas				
Celesc D	1.093.530	1.052.919	-	-
Celesc G	440.566	425.880	-	-
	1.534.096	**1.478.799**	**-**	**-**
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	86.598	87.818	86.598	87.818
	86.598	**87.818**	**86.598**	**87.818**

Coligadas				
ECTE	50.709	47.783	50.709	47.783
DFESA	29.916	29.822	29.916	29.822
SPEs[7]	-	-	55.407	51.058
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	80.625	**77.605**	**136.032**	**128.663**
	1.701.319	**1.644.222**	**222.630**	**216.481**

a) Informações sobre Investimentos

Controladora

Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2017						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.052.919	8.114.164	33.342
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	425.880	624.605	48.960
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)
Em 31 de março de 2018						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.093.530	8.073.947	57.395
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	440.566	629.237	14.686
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	164.186	443.517	9.474
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	284.856	471.563	(5.014)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.899	138.578	10.719
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)

Consolidado

Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2017						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,50%	32,50%	33.026	55.215	(3.542)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.611	5.612	(203)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.129	6.542	(63)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	40.070	59.001	4.540
Xavantina Energética S.A.	241	40,00%	40,00%	23.269	40.661	(2.685)
Garça Branca Energética S.A.	18.014	49,00%	49,00%	29.337	59.436	(4.217)
EDP Transmissão Aliança SC	0,1	10,00%	10,00%	(160)	15.447	(161)
Em 31 de março de 2018						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	164.186	443.517	9.474
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	284.856	471.563	(5.014)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.899	138.578	10.719
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	38.146	54.692	(356)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.617	5.616	(3)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.129	6.542	(5)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	41.580	59.613	1.510
Xavantina Energética S.A.	241	40,00%	40,00%	22.940	40.961	477
Garça Branca Energética S.A.	18.994	49,00%	49,00%	31.686	61.855	(951)
EDP Transmissão Aliança SC	0,1	10,00%	10,00%	222	13.695	62

[7] Sociedade de Propósito Específico.

b) Movimentação dos Investimentos

Controladora

Descrição	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2017	**1.052.919**	**425.880**	**47.783**	**87.818**	**29.822**	**1.644.222**
Dividendos e JCP Creditados	-	-	-	-	(2.375)	(2.375)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(368)	-	(368)
Resultado de Equivalência Patrimonial	57.395	14.686	2.926	(852)	2.469	76.624
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(16.784)	-	-	-	-	(16.784)
Em 31 de março de 2018	**1.093.530**	**440.566**	**50.709**	**86.598**	**29.916**	**1.701.319**

Consolidado

Descrição	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2016	**52.860**	**97.117**	**32.766**	**44.811**	**227.554**
Integralizações	-	-	-	9.926	9.926
Dividendos e JCP Creditados	(16.804)	-	(11.820)	(470)	(29.094)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.727	(7.831)	8.876	(3.209)	9.563
Em 31 de dezembro de 2017	**47.783**	**87.818**	**29.822**	**51.058**	**216.481**
Integralizações	-	-	-	4.342	4.342
Dividendos e JCP Creditados	-	-	(2.375)	-	(2.375)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(368)	-	-	(368)
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.926	(852)	2.469	7	4.550
Em 31 de março de 2018	**50.709**	**86.598**	**29.916**	**55.407**	**222.630**

c) Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do Direito de Uso de Concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 31 de março de 2018 é de R$38.173 (R$38.540 em 31 de dezembro de 2017). O Direito de Uso de Concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

18. IMOBILIZADO

a) Composição do Saldo

Consolidado

Descrição	Terre-nos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Constru-ções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2017	**1.315**	**7.555**	**31.736**	**88.311**	**388**	**22.367**	**151.672**
Custo do Imobilizado	20.202	169.702	49.895	166.695	1.658	22.367	430.519
Provisão para Perdas	(11.559)	(30.515)	(1.909)	(4.390)	81	-	(48.292)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.632)	(16.250)	(73.994)	(1.351)	-	(230.555)
Em 31 de dezembro de 2017	**1.315**	**7.555**	**31.736**	**88.311**	**388**	**22.367**	**151.672**
Adições	-	-	-	-	-	1.358	1.358
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(84)	-	(84)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	84	-	84
Depreciação	-	(68)	(217)	(869)	(10)	-	(1.164)
(+/-) Transferências	-	-	-	408	-	(408)	-
Realização de Provisão para Perdas(i)	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de Provisão para Perdas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2018	**1.315**	**7.487**	**31.519**	**87.850**	**378**	**23.317**	**151.866**
Custo do Imobilizado	20.202	169.702	49.895	167.103	1.658	23.317	431.877
Provisão para Perdas	(11.559)	(30.515)	(1.909)	(4.390)	81	-	(48.292)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.700)	(16.467)	(74.863)	(1.361)	-	(231.719)
Em 31 de março de 2018	**1.315**	**7.487**	**31.519**	**87.850**	**378**	**23.317**	**151.866**
Taxa Média de Depreciação	0%	0,21%	1,82%	2,45%	5,6%	0%	

b) Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	16,7
Máquinas e Equipamentos	10,9
Veículos	5,6
Móveis e Utensílios	6,3

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,0
Máquinas e Equipamentos	2,4
Reservatórios, Barragens e Adutoras	0,2
Veículos	6,1
Móveis e Utensílios	1,0

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Celso Ramos e Caveiras, regidas pelo Contrato de Concessão do uso do bem público, são depreciadas com base nos prazos de concessão definidos em contrato, exceto para os investimentos realizados que são suscetíveis à indenização ao final da concessão, sendo esses depreciados com base na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Com a emissão do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 06/2013, a UHE Pery passou a ser depreciada conforme taxas definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015. As CGHs São Lourenço, Rio do Peixe e Piraí, por possuírem contrato de registro, são depreciadas com base nas mesmas taxas, uma vez que não possuem prazo de concessão. Os ativos pertencentes à Administração Central da Celesc G são depreciados com base nas mesmas taxas.

Ainda, os investimentos em melhoria realizados nas Usinas arrematadas no Leilão nº 12/2015 – Garcia, Palmeiras, Saldo, Cedros e Bracinho – são depreciados pelo prazo da concessão ou vida útil, dos dois o menor, uma vez que os Contratos de Concessão nº 06/2016 e 07/2016 preveem a não indenização ao final da concessão. Já os investimentos realizados em ampliação das Usinas deverão ser depreciados conforme estabelecido na Resolução ANEEL nº 674/2015.

c) Ativo Imobilizado totalmente depreciado ainda em operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de dezembro de 2017:

		Consolidado
Descrição	**31 de março de 2018**	**31 de dezembro de 2017**
Reservatórios, Barragens e Adutoras	12.478	12.478
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	8.133	8.133
Máquinas e Equipamentos	20.536	20.528
Outros	1.122	1.152
Total	**42.269**	**42.291**

19. INTANGÍVEL

			Controladora
Descrição	**31 de dezembro 2017**	**Amortizações**	**31 de março 2018**
Ágio Aquisição ECTE	6.452	(126)	6.326

							Consolidado
Descrição	**Contratos de Concessão (a) Celesc D**	***Software* Adquiridos**	**Ágio**	**Uso do Bem Público (b) Celesc G**	**Faixa de Servidão**	**Itens em Andamento**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2017	**3.164.619**	**2.266**	**6.452**	**152**	**70**	**1.002**	**3.174.561**
Custo Total	4.651.046	6.495	14.248	904	70	1.002	4.673.765
Amortização Acumulada	(1.486.427)	(4.229)	(7.796)	(752)	-	-	(1.499.204)
Em 31 de dezembro de 2017	**3.164.619**	**2.266**	**6.452**	**152**	**70**	**1.002**	**3.174.561**
Adições	104.575	-	-	-	-	30	104.605
Baixas	(10.910)	-	-	-	-	-	(10.910)
Amortizações	(51.302)	(188)	(126)	(66)	-	-	(51.682)
Em 31 de março de 2018	**3.206.982**	**2.078**	**6.326**	**86**	**70**	**1.032**	**3.216.574**
Custo Total	4.744.711	6.495	14.248	904	70	1.032	4.767.460
Amortização Acumulada	(1.537.729)	(4.417)	(7.922)	(818)	-	-	(1.550.886)
Em 31 de março de 2018	**3.206.982**	**2.078**	**6.326**	**86**	**70**	**1.032**	**3.216.574**
Taxa Média de Amortização	4,2%	20%	0,2%	29%	0%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

A quota mensal de Uso de Bem Público – UBP refere-se à exploração dos potenciais de energia hidráulica da UHE Caveiras e PCH Celso Ramos, atualizada monetariamente pela variação do IPCA. A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo

intangível e será amortizada na UHE Caveiras até o final da concessão e na PCH Celso Ramos por um prazo limitado a 5 anos.

Os montantes, por Usina, recolhidos no primeiro trimestre de 2018 e 2017 foram:

		Consolidado
Usinas	**31 de março de 2018**	**31 de março de 2017**
UHE Pery (i)	-	198
UHE Caveiras	22	21
PCH Celso Ramos	47	46
Total	**69**	**265**

(i) Em 2018 o valor total pago foi de R$69 mil, 74% menor do que no ano anterior em função da renovação no segundo semestre de 2017 da usina Pery, deixando de haver a obrigatoriedade no recolhimento do encargo.

Em 31 de março de 2018 o respectivo saldo no passivo é de R$109 mil com vencimento até setembro de 2018: R$34 mil referente à UHE Caveiras e R$75 mil referente à PCH Celso Ramos. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 7,9%.

20. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

		Consolidado
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Ativo	641.220	641.806
Passivo	(11.171)	(9.613)
Tributo Diferido Líquido	**630.049**	**632.193**

						Consolidado
Descrição	**Diferido Ativo**		**Diferido Passivo**		**Diferido Líquido**	
	31 de março 2018	**31 de dezembro 2017**	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	205.349	201.716	-	-	205.349	201.716
Provisão para Perdas em Ativos	73.847	74.478	-	-	73.847	74.478
Benefício Pós-Emprego	508.002	513.459	-	-	508.002	513.459
Custo Atribuído	-	-	8.657	9.081	(8.657)	(9.081)
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	57.746	58.276	(57.746)	(58.276)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	71.152	71.805	(71.152)	(71.805)
Bonificação de Outorga	13.041	10.958	32.259	29.007	(19.218)	(18.049)
Outras Provisões	-	-	376	249	(376)	(249)
	800.239	**800.611**	**170.190**	**168.418**	**630.049**	**632.193**

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Resultados ANEEL 2018-2022, deliberado na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 29 de agosto de 2017, tendo como objetivo definir e apresentar as ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados em conformidade com estudo técnico de viabilidade de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovado pela Administração e reavaliado anualmente de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os tributos diferidos relativos à Bonificação de Outorga serão realizados de acordo com o prazo determinado no Contrato de Concessão das usinas.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador no valor de R$256,6 milhões está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. (Nota 27).

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de março de 2018 são:

		Consolidado
Ano	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
2018	143.185	146.674
2019	104.254	104.171
2020	91.530	91.448
2021	90.908	90.825
Acima de 2022	370.362	367.493
Total	**800.239**	**800.611**

c) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do Custo Atribuído com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	**Montante**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**22.362**
(-) Baixa do Custo Atribuído	(7.173)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	2.439
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**17.628**
(-) Baixa do Custo Atribuído	(1.249)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	425
Saldo em 31 de março de 2018	**16.804**

d) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Passivo Atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	**Montante**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**420.438**
(+) Adição do Passivo Atuarial	430.759
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(146.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**704.738**
(+) Adição do Passivo Atuarial	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
Saldo em 31 de março de 2018	**704.738**

e) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de imposto de renda com a de contribuição social, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de Março 2018	**31 de Março 2017**	**31 de Março 2018**	**31 de Março 2017**
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e a CSLL	**70.994**	**101.656**	**118.891**	**165.579**
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(24.138)**	**(34.563)**	**(40.423)**	**(56.297)**
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	26.051	36.797	1.547	1.041
Beneficio Fiscal	-	-	(26)	(6)
Incentivo Fiscal	-	-	75	400
Provisões Indedutíveis	(168)	(167)	(168)	(167)
Multas Indedutíveis	-	-	(1.356)	(1.177)
IRPJ/CSLL não reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(1.770)	(1.824)	(1.770)	(1.824)
Participação dos Administradores	25	29	12	17
Perdas Não Técnicas	-	-	(5.778)	(5.776)
Outras Adições (Exclusões)	-	(272)	(10)	(134)
	-	-	**(47.897)**	**(63.923)**
Corrente	-	-	**(45.754)**	**(25.548)**
Diferido	-	-	**(2.143)**	**(38.375)**
Taxa Efetiva	**0,00%**	**0,00%**	**40,29%**	**38,61%**

21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

21.1. Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
IRPJ	-	-	34.87)	15.096
CSLL	-	-	13.183	4.736
Total a pagar	**-**	**-**	**48.060**	**19.832**
(-) Tributos a compensar	(2.121)	(2.055)	(46.549)	(29.831)
Total	**(2.121)**	**(2.055)**	**1.511**	**(9.999)**

a) Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

Em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela Lei Federal nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.

Após análise das opções descritas na Lei, a Companhia optou pela modalidade descrita no inciso III, alínea "a" do artigo 3º da Lei Federal nº 13.496/17.

Considerando os benefícios da Lei, esses valores foram registrados contabilmente, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Consolidado
Descrição	
Em 31 de dezembro de 2017	**5.906**
(+) Atualizações	91
(-) Amortizações no período	(5.997)
Em 31 de março de 2018	**-**

Em atendimento ao artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017, enquanto não consolidado o parcelamento, o sujeito passivo deverá recolher mensalmente o valor relativo às parcelas, calculado de acordo com a modalidade pretendida dentre as previstas no artigo 3º Lei Federal nº 13.496/17.

21.2. Outros Tributos e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de Março 2018**	**31 de dezembro 2017**
ICMS	-	-	127.580	132.473
PIS e COFINS	6	4.262	47.020	44.574
Outros	87	72.690	5.298	11.943
Circulante	**93**	**76.952**	**179.898**	**188.990**
(-) Tributos a compensar	-	-	(65.187)	(65.440)
Total	**93**	**76.952**	**114.711**	**123.550**

22. FORNECEDORES

	Controladora	
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Empregados a Disposição	986	1.062
Materiais e Serviços	41	230
Total	**1.027**	**1.292**

Descrição	Consolidado 31 de março 2018	Consolidado 31 de dezembro 2017
Energia Elétrica	465.545	427.078
Encargos de Uso da Rede Elétrica	100.792	91.820
Materiais e Serviços	58.984	97.665
Empregados a Disposição	986	1.062
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	132.320	213.957
Total	**758.627**	**831.582**

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem três classificações distintas: a) Empréstimos Bancários, b) Empréstimos da Eletrobras e c) Empréstimos Tipo Finame, e são garantidos, quase em sua totalidade, pelos recebíveis da Celesc D.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado 31 de março 2018	Consolidado 31 de dezembro 2017
Empréstimos Bancários (a) (i)	110 a 121,5 CDI	30.036	64.263
Empréstimos Bancários (a) (ii)	7,67 a.a	150.914	-
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	25.377	30.565
Finame (c)	2,5 a 9,5 a.a.	33.640	35.638
Total		**239.967**	**130.466**
Circulante		**203.050**	**88.057**
Não Circulante		**36.917**	**42.409**

a) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a três contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

(i) A primeira contratação, no valor de R$300,0 milhões, foi efetuada junto à Caixa Econômica Federal em junho de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 121,5% do CDI. Em abril de 2015 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para 38 meses, com carência de 8 meses. A amortização final está prevista para junho de 2018.

A segunda contratação, no valor de R$100,0 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil em janeiro de 2015, com remuneração à taxa equivalente a 110% do CDI. Foi oferecida uma carência de 12 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 24 parcelas mensais. A amortização final ocorreu em janeiro de 2018.

(ii) A terceira contratação, no valor de R$150,0 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, em fevereiro de 2018, com juros pré-fixados em 7,67% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato é de 12 meses e sua liquidação está prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*).

b) Eletrobras

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

c) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

a) Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Ano 2019 - 1T	-	5492
Ano 2019 – 2T a 4T	11.891	11891
Ano 2020	9.307	9307
Ano 2021	6.294	6294
Ano 2022	4.663	4663
Ano 2023	3.260	3260
Ano 2024	1.139	1139
Ano 2025	363	363
	36.917	**42.409**

b) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

			Consolidado
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2017	**88.057**	**42.409**	**130.466**
Ingressos	150.000	-	150.000
Encargos Provisionados	3.481	-	3.481
Transferências	5.492	(5.492)	-
Amortizações de Principal	(41.340)	-	(41.340)
Pagamentos de Encargos	(2.640)	-	(2.640)
Em 31 de março de 2018	**203.050**	**36.917**	**239.967**

24. DEBÊNTURES

24.1. Debêntures – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30 mil Debêntures no valor nominal unitário de R$10 mil, totalizando R$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização foi prevista em 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013.

A primeira parcela de amortização no valor de R$100,0 milhões foi paga em seu vencimento e, até 31 de março de 2018, foram pagos R$166,5 milhões de juros remuneratórios.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de março de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

24.2. Debêntures – Celesc G

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R$150,0 milhões em uma única série, constituída por 15 mil Debêntures com valor nominal unitário de R$10 mil.

As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento em março de 2018, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios correspondem a 125% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI e são pagos trimestralmente.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada no dia 01 de março de 2018, foi aprovada a alteração da data de vencimento das debêntures da Celesc G de 03 de março de 2018 para 01 de junho de 2018. Os juros remuneratórios para o período de 03 de março de 2018 (inclusive) até a nova data de vencimento (exclusive) será de 100% da variação acumulada da Taxa DI Over, acrescida de uma sobretaxa ("Spread") de 2,5% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis. Adicionalmente, a Emissora pagará aos Debenturistas um prêmio no valor de R$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por debênture.

Os juros pagos totalizam R$41,2 milhões, sendo R$3,1 milhões no primeiro trimestre de 2018.

A Celesc G tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5, nos dois primeiros semestres, e superior a 2 nos dois últimos semestres. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar no vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

a) Movimentação das Debêntures:

Descrição	Consolidado Total
Em 31 de dezembro de 2017	**352.216**
Atualização Monetária	6.936
Pagamentos Encargos	(3.140)
Pagamento Principal	-
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	91
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	271
Em 31 de março de 2018	**356.374**
Circulante	**256.400**
Não Circulante	**99.974**

b) Custos na Captação de Debêntures a Apropriar:

Descrição	Consolidado 31 de março 2018	31 de dezembro 2017
Ano 2018:		
1T/2018	-	362
2T/2018	91	91
3T/2018	91	91
4T/2018	91	91
Ano 2019:		
1T/2019	91	91
2T/2019	46	46
Total	**410**	**772**

c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	31 de dezembro 2017	Pagamentos	Total das Variações no Fluxo de Financiamento	Variações não caixa	Controladora 31 de março 2018
Dividendos e JCP	16.301	-	-	-	16.301
Total	**16.301**	**-**	**-**	**-**	**16.301**

Descrição	31 de dezembro 2017	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financia-mento	Paga-mento Juros (ii)	Variações não caixa (i)	Consolidado 31 de março 2018
Empréstimos e Financiamentos	130.466	150.000	(41.340)	108.660	(2.640)	3.481	239.967
Debêntures	352.216	-	-	-	(3.140)	7.298	356.374
Dividendos e JCP	16.301	-	-	-	-	-	16.301
Total	**498.983**	**150.000**	**(41.340)**	**108.660**	**(5.780)**	**10.779**	**612.642**

(i) Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R$3.481. As Debêntures totalizaram R$7.298, sendo R$362 deste montante, referentes às custas com a repactuação de debêntures incorridas no primeiro trimestre de 2018.

(ii) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

		Controladora
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Circulante	**714**	**1.051**
Provisão de Férias e Encargos Sociais	406	674
Folha de pagamento Líquida	308	377
Não Circulante	**-**	**-**
Total	**714**	**1.051**

		Consolidado
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Circulante	**185.007**	**200.623**
Provisão de Férias e Encargos Sociais	114.548	125.195
PDV 2012	4.811	11.713
PDI 2016	44.172	44.172
Consignações em Favor de Terceiros	4.525	10.207
Provisão PLR	16.234	8.611
Folha de pagamento Líquida	717	725
Não Circulante	**39.872**	**41.060**
PDV 2012	-	-
PDI 2016	39.872	41.060
Total	**224.879**	**241.683**

a) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 31 de março de 2018 a Celesc D havia quitado o débito com 610 beneficiários.

b) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 62 empregados e um custo de cerca de R$16,0 milhões. Os pagamentos das parcelas iniciaram em janeiro de 2017.

Para o PDI 2017 se desligaram efetivamente, até dezembro de 2017, 122 empregados gerando R$72,8 milhões de despesa com pessoal. Esta edição de 2017 segue com os

desligamentos até o mês de maio de 2018, onde o total de saídas poderá chegar a 186 (6% do quadro efetivo atual).

Este programa faz parte da estratégia da Celesc D para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas.

26. TAXAS REGULAMENTARES

		Consolidado
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Programa de Eficiência Energética – PEE	170.546	160.699
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	19.496	19.498
Encargo Conta Bandeiras	20	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	94.407	90.615
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	2.407.768	2.562.138
Uso do Bem Público	109	174
Outros (ii)	1.201	1.101
Total	**2.693.547**	**2.834.225**
Circulante	**2.524.487**	**2.677.615**
Não Circulante	**169.060**	**156.610**

(i) A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.202 de 07 de fevereiro de 2017, nº 2.231 de 25 de abril de 2017 e nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, homologando as cotas de CDE Uso, CDE Energia e CDE Energia (CONTA-ACR), conforme demonstrado a seguir:

	CDE Energia (CONTA-ACR)	**CDE USO**	**CDE ENERGIA**
De abril de 2017 a março de 2018	26.541	-	-
De abril de 2018 a março de 2020	34.561	-	-
De janeiro de 2018	-	43.557	-
De fevereiro de 2018 - 1ª Parcela	-	60.233	-
De fevereiro de 2018 - 2ª Parcela	-	33.819	-
De março a dezembro de 2018	-	60.233	-
De agosto de 2017 a julho de 2018	-	-	22.489

O Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Social da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) entre a Celesc D e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujo saldo devedor em 30 de junho de 2017, reflexo do encontro de contas de valores devidos e créditos a receber, era de R$1.164.387. Em 31 de março de 2018 esse saldo passou a ser de R$ 862.386.

Os ativos e passivos referentes ao parcelamento da CDE estão demonstrados a seguir:

Parcelamento CDE	31 de Dezembro de 2017
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.457.680
Programa Baixa Renda	38.673
CDE a pagar	(2.358.739)
Total	**(862.386)**

A parcela incontroversa da atualização monetária dos saldos a receber e a pagar definidos no Termo de Parcelamento gerou em 30 de junho de 2017, respectivamente, uma receita financeira de R$9.433 e uma despesa financeira de R$179.481, resultando um valor líquido negativo de R$170.048. No exercício de 2017 o resultado financeiro líquido foi de R$213.608 e no 1º Trimestre 2018 foi de R$14.375.

O saldo devedor está sendo pago em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no valor de R$38.877, com juros equivalentes à taxa Selic. O primeiro vencimento foi definido para o dia 26 de julho de 2017 e os demais para o dia 10 dos meses subsequentes, Até 31 de março de 2018 a Celesc D pagou R$359.937, sendo R$349.896 de principal e R$10.041 de juros.

(ii) A conta outros é composta pelas taxas de Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH, Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica – TFSEE.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

a) Contingências Prováveis

Controladora

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de março 2018	31 de dezembro 2017	31 de março 2018	31 de dezembro 2017
Contingências:				
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	2.375	1.619	41	41
Cíveis	5.811	5.705	21	21
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	18.485	**17.623**	**6.499**	**6.499**

Consolidado

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de março 2018	31 de dezembro 2017	31 de março 2018	31 de dezembro 2017
Contingências:				
Tributárias (i)	3.745	3.745	62.063	59.791
Trabalhistas (ii)	51.160	49.111	64.931	64.095
Cíveis (iii)	71.143	59.326	143.217	134.191
Regulatórias (iv)	49.248	49.248	360.706	358.700
Ambientais (v)	-	-	2.083	2.157
	175.296	**161.430**	**633.000**	**618.934**

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**Depósitos Judiciais**	**Provisões para Riscos**	**Depósitos Judiciais**	**Provisões para Riscos**
Em 31 de dezembro de 2017	**17.623**	**6.499**	**161.430**	**618.934**
Constituição	867	-	22.563	14.529
Atualização Financeira	-	-	-	3.640
Baixas	(5)	-	(8.697)	(4.103)
Em 31 de março de 2018	**18.485**	**6.499**	**175.296**	**633.000**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

A mais expressiva contingência regulatória se refere à subcontratação de energia em 2014, cujos impactos financeiros não foram incluídos pela ANEEL na Revisão Tarifária da Celesc D, ocorrida em agosto de 2016, diante de medida judicial ajuizada pela empresa.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que a decisão do órgão regulador constante do Despacho nº 2.078/16 seja revista. Diante do pedido da Companhia, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R$256.601, sendo R$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

Recentemente, após apreciação da manifestação da ANEEL nos autos da Ação Judicial, a juíza titular do processo, proferiu nova decisão reforçando a liminar deferida, motivando nova apreciação, ainda em curso, relativamente a contingência registrada.

v) Contingências Ambientais

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

b) Contingências Possíveis

O Grupo também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

		Consolidado
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Tributárias (i)	4.361	4.361
Trabalhistas (ii)	34.577	34.269
Cíveis (iii)	134.784	121.441
Regulatórias (iv)	109.726	110.301
Ambientais (v)	47.247	47.359
	330.695	**317.731**

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

		Consolidado
Obrigações Registradas	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Planos Previdenciários	**1.159.982**	**1.179.848**
Plano Misto/Transitório (a)	1.159.982	1.179.848
Outros Benefícios a Empregados	**697.807**	**698.130**
Plano Celos Saúde (b)	651.663	652.231
Outros Benefícios (c)	46.144	45.899
Total	**1.857.789**	**1.877.978**
Circulante	**137.038**	**139.305**
Não Circulante	**1.720.751**	**1.738.673**

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado "Plano Transitório" continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R$461,0 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Celos, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e beneficio mínimo ao aposentado.

28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Reconciliação do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldo 31 de dezembro de 2016	**1.711.178**	**743.566**	**656.189**	**8.508**	**39.836**
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	5.704	-	(45.933)	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	189.060	79.955	70.672	1.931	4.599
Benefícios Pagos no ano	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)	(3.338)
Contribuições de Participante Vertida no ano	51.972	21.957	30.765	-	-
Obrigações Ganho/Perda	51.617	22.565	56.746	(1.489)	4.772
Saldo 31 de dezembro de 2017	**1.870.974**	**775.955**	**700.111**	**8.715**	**45.869**

b) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2016	**408.843**	**461.464**	**582.150**	**(40)**	**39.836**
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Cobertura	1.870.974	775.955	700.111	8.715	45.869
Benefícios Concedidos	1.668.910	775.955	583.440	235	45.412
Benefícios a Conceder	202.064	-	116.671	8.480	457
Valor Justo dos Ativos	(1.186.999)	(280.082)	(47.880)	(8.685)	-
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2017	**683.975**	**495.873**	**652.231**	**30**	**45.869**

c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio
Em 31 de dezembro de 2016	**1.302.335**	**282.102**	**74.039**	**8.548**
Benefícios Pagos no Ano	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	51.972	21.957	30.765	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	43.425	22.669	41.749	-
Juros sobre Ativo	145.537	30.620	7.980	968
Ganho/Perda sobre os Ativos	(217.713)	14.822	(38.325)	(596)
Em 31 de dezembro de 2017	**1.186.999**	**280.082**	**47.880**	**8.685**

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de março 2017**
Plano Transitório	6.311	8.044
Plano Misto	1.204	8.702
PDVI 2012	-	905
Plano Médico	9.004	9.733
Outros	1.364	1.391
	17.883	**28.775**
Despesa Pessoal	6.517	16.694
Despesa Financeira	11.366	12.081
	17.883	**28.775**

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	2017	
Taxa nominal de desconto	Plano Transitório:	10,02%
	Plano Misto:	9,97%
	Plano Médico:	10,13%
Taxa Nominal Esperada de Retorno dos Ativos	Plano Transitório:	10,02%
	Plano Misto:	9,97%
	Plano Médico:	10,13%
Taxa nominal de Crescimento Salarial		7,55%
Taxa de Inflação Futura		4,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (HCCTR)		3,75%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos por Faixa Etária *(aging factor)*		2,50%
Taxa de Rotatividade		Experiência Celos
Taxa Real de Crescimento Real dos Benefícios do Plano		NULA
Indexador de Reajuste de Salários/Benefícios		IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários/Benefícios		98,00%

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2017
Mortalidade Geral	AT-2000 Male
Mortalidade de Inválidos	AT- 1983 Male
Entrada em Invalidez	Light Média

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2018

A estimativa da despesa para o exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2018
Plano Transitório	25.244
Plano Misto	4.817
Plano Pecúlio	862
Plano Médico	36.015
Outros Benefícios	4.595
	71.533

h) Movimentação do Passivo Atuarial

				Consolidado
Descrição	Plano Misto / Transitório	Plano Celos Saúde	Outros Benefícios	Total
Em 31 dezembro de 2017	**1.179.848**	**652.231**	**45.899**	**1.877.978**
Pagamento	-27.381	-9.572	-1.119	-38.072
Provisão	7.515	9.004	1.364	17.883
Em 31 de março de 2017	**1.159.982**	**651.663**	**46.144**	**1.857.789**

28.2. Equacionamento de Déficit Relativo ao Plano Previdenciário

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o Plano de Equacionamento do déficit técnico no Plano Previdenciário Misto administrado pela Celos, mediante cobrança de contribuições extraordinárias dos Participantes Ativos, Assistidos e da Patrocinadora Celesc D o qual se dará da seguinte forma:

Plano Misto: do montante total de R$363,0 milhões, valores de novembro de 2017, a Patrocinadora arcará com 50%, ou seja, R$181,5 milhões, amortizado mensalmente a partir de março de 2018, pelo prazo de 16 (dezesseis) anos, atualizados pela meta atuarial (IPCA + 5,13% a.a.).

Cumpre salientar que referidos déficits já estão refletidos no total de obrigações registradas a título de Passivo Atuarial no Balanço Patrimonial da Celesc D, bem como nos custos reconhecidos mensalmente como Despesa Atuarial, de acordo com a Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios a Empregados, elaborada por atuários independentes em atendimento a Deliberação CVM 695/2012 e CPC 33 (R1).

Ressalta-se ainda que referido Plano de Equacionamento, poderá ser revisto anualmente de acordo com os resultados apurados.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R$(687.933) em 31 de março de 2018 e R$(687.109) em 31 de dezembro de 2017, no Patrimônio Líquido:

		Consolidado
Ajuste de Avaliação Patrimonial	**31 de março 2018**	**31 de dezembro 2017**
Custo Atribuído – Celesc G	16.805	17.629
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(704.738)	(704.738)
Total	**(687.933)**	**(687.109)**

O Custo Atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em contrapartida ao Ativo Imobilizado.

A sua realização é registrada em contrapartida à conta Lucros Acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

c) Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação

O cálculo do Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído em 31 de março de 2018 e de 2017 foi baseado no lucro (prejuízo) líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de março de 2018 e de 2017, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Neste período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 31 de março de 2018 e de 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro (prejuízo) por ação.

d) Composição do Lucro Básico e Diluído

	Controladora	
	31 de março 2018	**31 de março 2017**
Média Ponderada de Ações (milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	1,7368	2,4869
Ações Preferenciais Nominativas – PN	1,9105	2,7356
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia (R$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	26.968	38.615
Ações Preferenciais Nominativas – PN	44.026	63.041
	70.994	**101.656**

d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado Segurado (i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	29.12.2017 a 31.12.2018	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2017 à 14.05.2018	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2017 a 08.08.2018	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, são as seguintes:

31 de março de 2018

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	1.741.638	34.452	(1.262)	**1.774.828**
Custo das Vendas	-	(1.530.185)	(8.687)	1.262	**(1.537.610)**
Resultado Operacional Bruto	**-**	**211.453**	**25.765**	**-**	**237.218**
Despesas com Vendas	-	(52.003)	858	-	(51.145)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.487)	(66.960)	(2.795)	-	(75.242)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(493)	23.791	11	-	23.309
Resultado de Equivalência Patrimonial	76.624	-	7	(72.081)	4.550
Resultado das Atividades	**70.644**	**116.281**	**23.846**	**(72.081)**	**138.690**
Receitas Financeiras	364	38.965	1.960	(904)	40.385
Despesas Financeiras	(14)	(57.507)	(3.567)	904	(60.184)
Resultado Financeiro, líquido	**350**	**(18.542)**	**(1.607)**	**-**	**(19.799)**
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	70.994	97.739	22.239	(72.081)	118.891
IRPJ e CSLL	-	(40.344)	(7.553)	-	(47.897)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**70.994**	**57.395**	**14.686**	**(72.081)**	**70.994**
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	**1.921.414**	**8.073.947**	**629.237**		
Total dos Passivos	**24.966**	**6.980.417**	**188.671**		

31 de março de 2017

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	1.507.700	32.827	(1.324)	1.539.203
Custo das Vendas	-	(1.262.515)	(10.248)	1.324	(1.271.439)
Resultado Operacional Bruto	**-**	**245.185**	**22.579**	**-**	**267.764**
Despesas com Vendas	-	(44.161)	(208)	-	(44.369)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.856)	(69.304)	(3.189)	-	(78.349)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(2.619)	15.638	(165)	-	12.854
Resultado de Equivalência Patrimonial	108.226	-	11	(105.175)	3.062
Resultado das Atividades	**99.751**	**147.358**	**19.028**	**(105.175)**	**160.962**
Receitas Financeiras	1.914	66.335	2.176	(1.668)	68.757
Despesas Financeiras	(9)	(59.708)	(6.091)	1.668	(64.140)
Resultado Financeiro, líquido	**1.905**	**6.627**	**(3.915)**	**-**	**4.617**
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	101.656	153.985	15.113	(105.175)	165.579
IRPJ e CSLL	-	(58.794)	(5.129)		(63.923)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**101.656**	**95.191**	**9.984**	**(105.175)**	**101.656**
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	**2.190.277**	**8.231.267**	**583.022**		
Total dos Passivos	**12.778**	**6.824.280**	**183.296**		

31.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31 de março 2018	31 de março 2017 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.696.870	1.687.517
Suprimento de Energia Elétrica (a)	93.754	81.176
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	814.086	789.302
Atualização VNR	596	753
Receita de Financeira	9.567	9.953
Renda de Prestação de Serviços	598	521
Energia Elétrica de Curto Prazo	41.502	34.019
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	(4.423)	(209.217)
Outras Receitas Operacionais	3.140	2.875
Doações e Subvenções (ii)	187.512	135.907
Receita de Construção	94.438	93.981
	2.937.640	**2.626.787**
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(535.193)	(531.774)
PIS	(46.864)	(41.561)
COFINS	(215.857)	(191.432)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(344.537)	(295.056)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(8.440)	(7.246)
Programa Eficiência Energética – PEE	(8.233)	(7.065)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(1.725)	(1.722)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(316)	(220)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(1.647)	(11.508)
	(1.162.812)	**(1.087.584)**
Receita Operacional Líquida – ROL	**1.774.828**	**1.539.203**

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) no

primeiro trimestre de 2018 foi de R$108.309. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R$5.299 e Fornecimento de Bandeiras CCRBT em R$1.904.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
Descrição	**31 de março 2018**	**31 de março 2017**	**31 de março 2018**	**31 de março 2017**	**31 de março 2018**	**31 de março 2017**
Residencial	2.289.794	2.232.844	1.587.827	1.676.896	953.047	977.804
Industrial	104.311	102.604	2.517.425	2.434.531	445.029	434.317
Comercial	265.184	257.276	1.144.377	1.162.387	590.550	590.469
Rural	234.616	234.959	412.673	398.350	159.898	148.770
Poder Público	22.910	22.473	113.492	109.704	68.558	67.085
Iluminação Pública	754	690	164.198	158.284	60.554	54.781
Serviço Público	3.285	3.231	92.064	98.457	46.960	44.355
Reclassificação da Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica – Consumidor Cativo	-		-		(627.726)	(630.064)
Total do Fornecimento	**2.920.854**	**2.854.077**	**6.032.056**	**6.038.609**	**1.696.870**	**1.687.517**
Suprimento de Energia	97	101	594.837	582.441	93.754	81.176
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-		-	9.567	9.953
Total	**2.920.951**	**2.854.178**	**6.626.894**	**6.621.050**	**1.800.191**	**1.778.646**

Informações não revisadas

31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

31 de março de 2018

Descrição	**Custos de Bens e/ou Serviços**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Despesas com Vendas**	**Outras Despesas/ Receitas líquidas**	**Total**
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.281.966	-	-	-	1.281.966
Pessoal (b)	83.303	38.543	14.166	855	136.867
Administradores	-	1.628	-	-	1.628
Despesa Atuarial	-	6.517	-	-	6.517
Entidade de Previdência Privada (b)	4.822	1.751	728	-	7.301
Material	1.791	1.331	-	-	3.122
Custo de Construção	94.438	-	-	-	94.438
Custos e Serviços de Terceiros	18.407	15.485	13.115	154	47.161
Depreciação e Amortização	46.778	5.943	-	493	53.214
Provisões Líquidas	-	-	8.629	10.426	19.055
Arrendamentos e Aluguéis	580	3.605	149	(21.546)	(17.212)
Outros Custos e Despesas (c)	5.525	439	14.358	(13.691)	6.631
	1.537.610	**75.242**	**51.145**	**(23.309)**	**1.640.688**

Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

					31 de março de 2017
Descrição	**Custos de Bens e/ou Serviços**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Despesas com Vendas**	**Outras Despesas/ Receitas líquidas**	**Total**
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.018.006	-	-	-	1.018.006
Pessoal (b)	83.062	34.994	14.734	404	133.194
Administradores	-	1.608	-	-	1.608
Despesa Atuarial	-	16.695	-	-	16.695
Entidade de Previdência Privada (b)	4.724	1.659	738	-	7.121
Material	1.908	1.501	-	-	3.409
Custo de Construção	93.981			-	93.981
Custos e Serviços de Terceiros	18.122	12.640	12.675	92	43.529
Depreciação e Amortização	46.360	6.652	-	493	53.505
Provisões Líquidas	-	-	4.873	25.490	30.363
Arrendamentos e Aluguéis	542	3.873	123	(27.534)	(22.996)
Outros Custos e Despesas	4.734	(1.273)	11.226	(11.799)	2.888
	1.271.439	**78.349**	**44.369**	**(12.854)**	**1.381.303**

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	**31 de março 2018**	**GWh (i)**	**31 de março 2017**	**GWh (i)**
Açucareiro Zillo Lorenzetti S. A	-	-	3.755	16
Aliança Geração de Energia S.A.	15.587	78	13.819	78
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	171.811	929	160.084	914
Tractebel Energia S.A.	80.435	368	76.851	368
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	12.809	68	15.527	68
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	78.761	449	83.539	449
Companhia Energética de Petrolina – CEP	9.281	49	11.770	49
Serra do Facão Energia S.A.	5.634	26	5.524	26
Furnas Centrais Elétricas S.A.	30.111	285	28.697	288
Cemig Geração e Transmissão S.A.	47.627	316	42.961	280
Companhia Energética Potiguar	5.372	33	-	-
Companhia Hidreletrica Teles Pires	3.429	43	4.374	56
Companhia Energética de São Paulo – CESP	17.095	81	31.551	81
UHE São Simão Energia S.A.	10.002	-	-	-
Energética Suape II S.A.	14.221	50	16.476	50
Eletrobras Termonuclear S.A.	39.729	174	36.575	174
Porto do Pecem Geração de Energia	33.255	116	27.730	116
Lages Bioenergética Ltda.	-	-	13.039	48
Foz do Chapecó Energia AS	12.060	56	11.387	54
Companhia Energética Estreito	11.544	56	11.264	56
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	9.142	60	8.276	60
Geradora de Energia do Norte S.A.	-	-	-	-
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	3.005	14	-	-
Linhares Geração S.A.	-	-	3.666	8
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	3.424	9
Rio PCHI S.A.	3.173	15	-	-
Rio Paraná Energia S.A	19.326	137	-	-
Empresa Energética Porto das Pedras	3.022	14	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	-	-	5.001	44
Norte Energia S/A	37.069	352	17.940	235
Cia Hidro Elétrica do Sao Francisco – Chesf	11.076	382	9.826	360
Santo Antônio Energia S.A.	24.888	195	43.786	351
Outros	74.612	521	68.746	677
	784.076	**4.867**	**755.588**	**8.934**
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	219.083	40	123.176	35
Encargo de Uso da Rede Elétrica	239.280	-	102.531	-
Proinfa	39.527	-	36.711	219
	497.890	**40**	**262.418**	**254**
	1.281.966	**4.907**	**1.018.006**	**9.188**

(i) Informações não revisadas

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora 31 de março 2018	Controladora 31 de março 2017	Consolidado 31 de março 2018	Consolidado 31 de março 2017
Pessoal				
Remunerações	3.045	3.371	72.569	75.242
Encargos Sociais	63	69	22.189	30.218
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	7.624	4.312
Benefícios Assistenciais	-	-	9.151	9.345
Provisões e Indenizações	38	-	25.312	13.988
Outros	16	23	22	89
Entidade de Previdência Privada	8	-	7.301	7.121
	3.170	**3.463**	**144.168**	**140.315**

c) Recuperação de Custos

Em 12 de dezembro de 2017, a ANEEL por meio do Despacho nº 4.171, determinou que a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – Eletrosul devolva à Celesc D, os valores referentes à remuneração dos investimentos associados às instalações de transmissão necessárias ao atendimento do consumidor Arcelormittal, recebidos em duplicidade pela transmissora.

O valor estabelecido pela ANEEL, no total de R$46.319 mil, atualizado pelo IPCA acumulado de outubro de 2012 a novembro de 2017, e acrescido de juros remuneratórios de 5,59% real ao ano, a partir de janeiro de 2013, foi contabilizado da seguinte forma: principal de R$25.768 como recuperação de custos no grupo de custo de energia, considerando que a Celesc D contabilizou, à época, como custo efetuando os devidos recolhimentos de encargo setorial. O saldo restante foi reconhecido como receita financeira. Atualmente seguem tratativas a pedido da Eletrosul para o parcelamento do crédito.

31.3. Resultado Financeiro

Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Controladora 31 de março 2018	Controladora 31 de março 2017	Consolidado 31 de março 2018	Consolidado 31 de março 2017
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	363	490	5.378	25.634
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	22.660	28.957
Variações Monetárias	-	-	3.765	2.612
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	7.884	4.385
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-		1.200
Deságio Fornecedor	-	-	23	79
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	1.383	7.497
Renda de Dividendos	-	1.326		1.326
Outras Receitas Financeiras	19	127	1.306	437
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(18)	(29)	(2.014)	(3.370)
	364	**1.914**	**40.385**	**68.757**
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(7.212)	(8.916)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(11.366)	(12.080)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	(1.261)	(322)
Custo na Emissão de Debêntures	-	-	-	-
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(1.846)	(260)
Variações Monetárias	(3)	-	(211)	(232)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(3.846)	(7.039)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(8.983)	(15.808)
Atualização CDE	-	-	(14.375)	-
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(7.298)	(16.138)
Outras Despesas Financeiras	(11)	(9)	(3.786)	(3.345)
	(14)	**(9)**	**(60.184)**	**(64.140)**
Resultado Financeiro	**350**	**1.905**	**(19.799)**	**4.617**

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

32.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	**3.628.492**	**3.712.219**
Caixa e Equivalentes de Caixa	391.846	462.466
Contas a Receber de Clientes	1.400.659	1.381.421
Estoques	11.120	9.549
Tributos a Recuperar	83.965	73.310
Outros	1.740.902	1.785.473
Não Circulante	**4.445.455**	**4.401.945**
REALIZÁVEL A LONGO RPAZO		
Contas a Receber de Clientes	40.950	35.380
Tributos Diferidos	641.220	641.806
Tributos a Recuperar	22.062	18.217
Depósitos Judiciais	156.469	143.465
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	373.966	394.934
Outros	3.806	3.524
INTANGÍVEL	**3.206.982**	**3.164.619**
Total do Ativo	**8.073.947**	**8.114.164**

Passivo	31 de março 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	**4.249.622**	**4.349.039**
Fornecedores	756.016	828.637
Empréstimos e Financiamentos	203.050	88.057
Debêntures	105.499	101.648
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	184.338	199.630
Tributos a Recolher	220.267	189.463
Dividendos Propostos	7.919	7.919
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras	46.358	45.454
Taxas Regulamentares	2.524.065	2.677.229
Partes Relacionadas	10.095	19.732
Passivo Atuarial	136.993	139.247
Passivo Financeiro – Parcela A	993	4.638
Outros	54.029	47.385
Não Circulante	**2.730.795**	**2.712.206**
Empréstimos e Financiamentos	36.917	42.409
Debêntures	99.974	99.883
Taxas Regulamentares	166.918	154.583
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	39.872	41.060
Passivo Atuarial	1.720.751	1.738.673
Provisão para Contingências	625.499	611.433
Passivo Financeiro – Parcela A	38.388	21.689
Outros	2.476	2.476
Patrimônio Líquido	**1.093.530**	**1.052.919**
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	744.678	704.067
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(704.738)	(704.738)
Total do Passivo	**8.073.947**	**8.114.164**

32.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de março 2018	31 de março 2017
Receita Operacional Líquida – ROL	**1.741.638**	**1.507.700**
Receita de Serviço de Energia Elétrica	1.647.200	1.413.719
Receita de Construção	94.438	93.981
Custos Operacionais	**(1.530.185)**	**(1.262.515)**
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(1.435.747)	(1.168.534)
Custo de Construção	(94.438)	(93.981)
Resultado Operacional Bruto	**211.453**	**245.185**
Despesas Operacionais	**(95.172)**	**(97.827)**
Despesas com Vendas	(52.003)	(44.161)
Despesas Gerais e Administrativas	(66.960)	(69.304)
Outras Despesas Operacionais	23.791	15.638
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	**116.281**	**147.358**
Resultado Financeiro	**(18.542)**	**6.627**
Receitas Financeiras	38.965	66.335
Despesas Financeiras	(57.507)	(59.708)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**97.739**	**153.985**
IRPJ e CSLL	**(40.344)**	**(58.794)**
Diferido	(39.758)	(21.264)
Corrente	(586)	(37.530)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**57.395**	**95.191**

32.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2018	31 de março 2017 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.687.773	1.680.845
Suprimento de Energia Elétrica (a)	74.815	62.283
Ativos e Passivos Financeiros	(4.423)	(209.217)
Disponibilização da Rede Elétrica	814.666	789.877
Energia de Curto Prazo	41.502	34.019
Doações e Subvenções	187.512	-
Receita de Construção	94.438	135.907
Atualização Ativo Financeiro – VNR	596	93.981
Outras Receitas Operacionais	3.738	753
	2.900.617	**2.591.844**
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(535.193)	(531.774)
PIS	(46.285)	(41.035)
COFINS	(213.192)	(189.010)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(344.537)	(295.056)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(8.233)	(7.065)
Programa Eficiência Energética – PEE	(8.233)	(7.065)
Taxa de Fiscalização	(1.659)	(1.631)
Outros Encargos	(1.647)	(11.508)
	(1.158.979)	**(1.084.144)**
Receita Operacional Líquida – ROL	**1.741.638**	**1.507.700**

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março 2018	31 de março 2017	31 de março 2018	31 de março 2017	31 de março 2018	31 de março 2017
Residencial	2.289.794	2.232.844	1.587.827	1.676.896	953.047	977.804
Industrial	104.311	102.591	2.482.306	2.395.172	437.772	427.645
Comercial	265.184	257.276	1.131.751	1.162.387	588.710	590.469
Rural	234.616	234.959	412.673	398.350	159.898	148.770
Poder Público	22.910	22.473	113.492	109.704	68.558	67.085
Iluminação Pública	754	690	164.198	158.284	60.554	54.781
Serviço Público	3.285	3.231	92.064	98.457	46.960	44.355
Reclassificação da Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - Consumidor Cativo	-	-	-		(627.726)	(630.064)
Total do Fornecimento	**2.920.854**	**2.854.064**	**5.984.311**	**5.999.250**	**1.687.773**	**1.680.845**
Suprimento de Energia	43	56	458.093	464.688	74.815	62.283
Total	**2.920.897**	**2.854.120**	**6.442.404**	**6.463.938**	**1.762.588**	**1.743.128**

(i) Informações não revisadas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

32.2.2. Custos e Despesas Operacionais

31 de março de 2018

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.277.756	-	-	-	**1.277.756**
Pessoal	82.436	33.481	14.045	855	**130.817**
Despesa Atuarial	-	6.517	-	-	**6.517**
Entidade Previdência Privada	4.822	1.743	728	-	**7.293**
Material	1.763	1.316	-	-	**3.079**
Custo de Construção	94.438	-	-	-	**94.438**
Custos e Serviços de Terceiros	17.185	14.539	12.979	154	**44.857**
Depreciação e Amortização	45.587	5.716	-	-	**51.303**
Provisões Líquidas	-	-	9.759	10.426	**20.185**
Outros Custos e Despesas	6.198	3.648	14.492	(35.226)	**(10.888)**
	1.530.185	**66.960**	**52.003**	**(23.791)**	**1.625.357**

31 de março de 2017

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.014.971	-	-	-	1.014.971
Pessoal	81.691	29.290	14.675	404	126.060
Despesa Atuarial	-	16.695	-	-	16.695
Entidade Previdência Privada	4.724	1.659	738	-	7.121
Material	1.854	1.491	-	-	3.345
Custo de Construção	93.981	-	-	-	93.981
Custos e Serviços de Terceiros	16.830	11.859	12.550	91	41.330
Depreciação e Amortização	43.083	6.293	-	-	49.376
Provisões Líquidas	-	-	4.873	23.305	28.178
Outros Custos e Despesas	5.381	2.017	11.325	(39.438)	(20.715)
	1.262.515	**69.304**	**44.161**	**(15.638)**	**1.360.342**

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

33.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	**122.511**	**126.612**
Caixa e Equivalentes de Caixa	71.822	77.080
Contas a Receber de Clientes	19.613	18.358
Estoques	183	183
Tributos a Recuperar	2.300	466
Ativo Financeiro	28.467	30.277
Outros	126	248
Não Circulante	**506.726**	**497.993**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Tributos a Recuperar	1.289	1.223
Depósitos Judiciais	342	342
Partes Relacionadas	46.846	45.942
Ativo Financeiro	245.329	241.886
Outros	2.421	2.421
INVESTIMENTOS	55.407	51.058
IMOBILIZADO	151.826	151.631
INTANGÍVEL	3.266	3.490
Total do Ativo	**629.237**	**624.605**

Passivo	31 de março 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	**174.356**	**186.083**
Fornecedores	2.784	2.931
Debêntures	150.901	150.685
Tributos a Recolher	7.599	19.283
Taxas Regulamentares	422	386
Partes Relacionadas	955	1.103
Dividendos Propostos	11.628	11.628
Outros	67	67
Não Circulante	**14.315**	**12.642**
Tributos Diferidos	11.171	9.613
Provisão para Contingências	1.002	1.002
Taxas Regulamentares	2.142	2.027
Patrimônio Líquido	**440.566**	**425.880**
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	158.251	158.251
Ajuste de Avaliação Patrimonial	16.805	17.629
Lucros (Prejuízos) Acumulados	15.510	-
Total do Passivo	**629.237**	**624.605**

33.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de março 2018	31 de março 2017
Receita Operacional Líquida – ROL	**34.452**	**32.827**
Receitas de Vendas e Serviços	34.452	32.827
Custos Operacionais	**(8.687)**	**(10.248)**
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(8.687)	(10.248)
Resultado Operacional Bruto	**25.765**	**22.579**
Despesas Operacionais	**(1.919)**	**(3.551)**
Despesas com Vendas	858	(208)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.795)	(3.189)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	11	(165)
Resultado da Equivalência Patrimonial	7	11
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	**23.846**	**19.028**
Resultado Financeiro	**(1.607)**	**(3.915)**
Receitas Financeiras	1.960	2.176
Despesas Financeiras	(3.567)	(6.091)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**22.239**	**15.113**
IRPJ e CSLL	**(7.553)**	**(5.129)**
Corrente	(5.996)	(4.284)
Diferido	(1.557)	(845)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**14.686**	**9.984**

33.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2018	31 de março 2017
Receita Operacional Bruta – ROB (i)		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	7.257	6.672
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	1.840	-
Suprimento de Energia Elétrica (a)	15.654	15.480
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	3.967	4.162
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	9.567	9.953
	38.285	**36.267**
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(579)	(526)
COFINS	(2.665)	(2.422)
Taxa Fiscalização ANEEL - TFSEE	(66)	(91)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(316)	(181)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(207)	(220)
	(3.833)	**(3.440)**
Receita Operacional Líquida – ROL	**34.452**	**32.827**

(i) Por meio da Resolução Homologatória nº 2.265 de 04 de julho de 2017, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, licitadas no Leilão nº 12/2015. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Consolidado

Usina	Concessionária	RAG Ciclo 2017/2018	Receita Mensal Julho/2017 a Junho/2018
UHE Garcia	Celesc G	9.428	786
UHE Bracinho	Celesc G	12.199	1.017
UHE Cedros	Celesc G	8.924	744
UHE Palmeiras	Celesc G	18.659	1.555
UHE Salto	Celesc G	6.341	528

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março 2018	31 de março 2017	31 de março 2018	31 de março 2017	31 de março 2018	31 de março 2017
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	9	13	35.119	39.359	7.257	6.672
Comercial, Serviços e Outros	1	-	12.626	-	1.840	-
Suprimento de Energia	43	45	122.510	106.078	15.654	15.480
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	14.235	11.675	3.967	4.162
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	9.567	9.953
Total	**53**	**58**	**184.490**	**157.112**	**38.285**	**36.267**

(i) Informações não revisadas.

33.2.2. Custos e Despesas Operacionais

31 de março de 2018

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.892	-	-	-	4.892
Encargos de Uso da Rede Elétrica	580	-	-	-	580
Pessoal	867	1.900	121	-	2.888
Material	28	15	-	-	43
Custos e Serviços de Terceiros	1.222	470	136	-	1.828
Depreciação e Amortização	1.191	226	-	-	1.417
Seguros	75	-	-	-	75
Provisões Líquidas	-	-	(1.130)	-	(1.130)
Tributos	(88)	111	15	-	38
Aluguéis	-	72	-	-	72
Outros Custos e Despesas	(80)	1	-	(11)	(90)
	8.687	**2.795**	**(858)**	**(11)**	**10.613**

31 de março de 2017

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.784	-	-	-	3.784
Encargos de Uso da Rede Elétrica	575	-	-	-	575
Pessoal	1.371	2.241	59	-	3.671
Material	54	10	-	-	64
Custos e Serviços de Terceiros	1.292	415	125	-	1.832
Depreciação e Amortização	3.277	358	-	-	3.635
Seguros	75	-	-	-	75
Provisões Líquidas	-	-	-	60	60
Tributos	(86)	80	24	-	18
Aluguéis	-	72	-	-	72
Outros Custos e Despesas	(94)	13	-	105	24
	10.248	**3.189**	**208**	**165**	**13.810**

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1. Aquisição de Participação Acionária pela Energias do Brasil S.A. – EDP

No leilão da OPA realizado em 26 de abril de 2018, às 16h, horário de São Paulo, por meio do Sistema Eletrônico de Negociação do Segmento BOVESPA da B3, foram adquiridas 1.990.013 ações PNs pelo preço de R$ 27,00 (vinte e sete reais) cada, totalizando o valor de R$53.730.351,00 (cinquenta e três milhões, setecentos e trinta mil, trezentos e cinquenta e um reais).

Após a liquidação das compras realizadas no Leilão, ocorrida em 02 de maio de 2018, a EDP passou a deter 2.427.820 ações PNs, que somadas as 5.140.868 ações ONs, representam 19,62% do capital social da CELESC.

34.2. Contratação de Operação de Capital de Giro

A Celesc D contratou em 27 de abril de 2018 a operação de crédito junto ao Banco Safra, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, no valor de R$150,0 milhões, com prazo de vencimento em 22 de abril de 2019.

A amortização da operação se dará no último mês de vigência (*bullet*). A taxa de juros será pré-fixada em 7,40% a.a., com pagamentos mensais. A comissão do negócio (*fee*) será de 0,40% e a operação se dará com garantia em recebíveis da Companhia, na proporção 1:1 do saldo devedor.

34.3. Contratação da 2ª Emissão de Debêntures na Celesc G

A Celesc G iniciou em 22 de fevereiro de 2018 os procedimentos para preparação dos documentos e atos societários relativos à sua 2ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, em série única, no montante de R$150,0 milhões, em regime de garantia firme de subscrição, contando com garantia fidejussória e real. Os recursos serão destinados para quitação da 1ª Emissão de Debêntures que ocorrerá em 01 de junho de 2018.

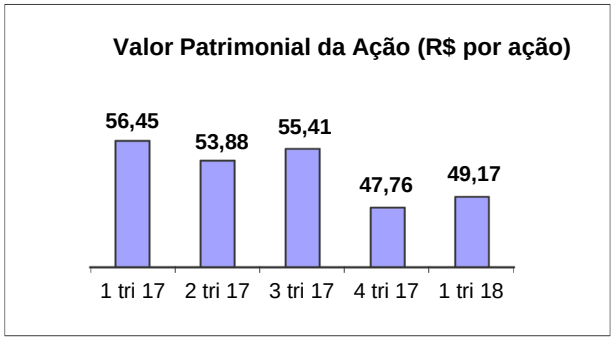
O Conselho de Administração aprovou na reunião do dia 10 de maio de 2018 2ª Emissão de Debêntures na Celesc G. A Emissão será constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures; com valor nominal unitário de R$10 na data de emissão, que será no dia 1º de junho de 2018. As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 1º de junho de 2023.

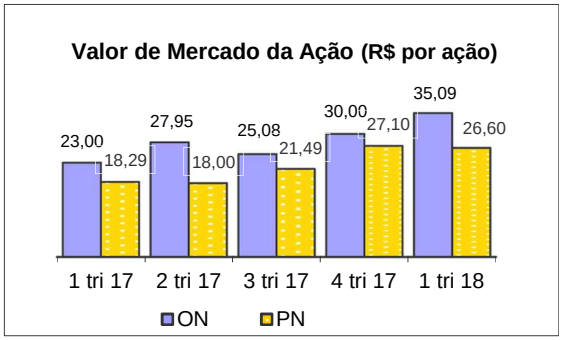
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

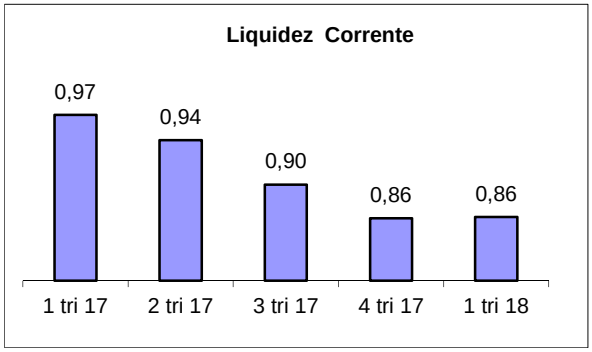
1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

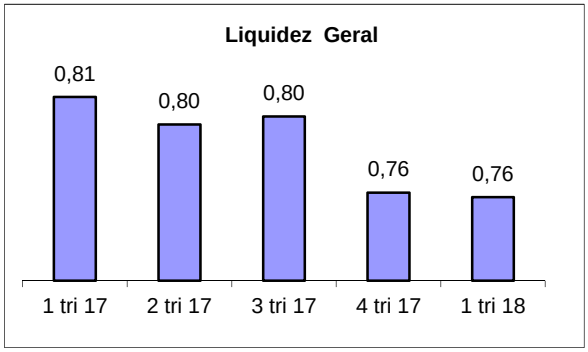
1.1. Patrimoniais





1.2. Liquidez

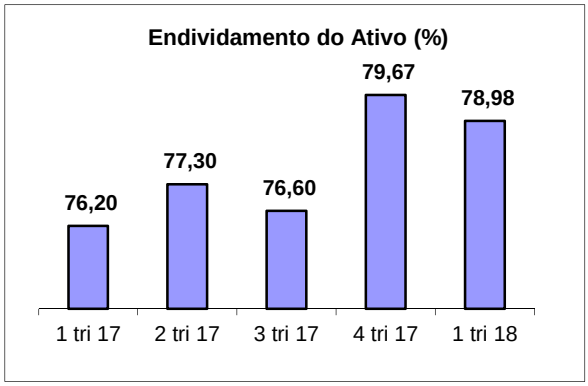


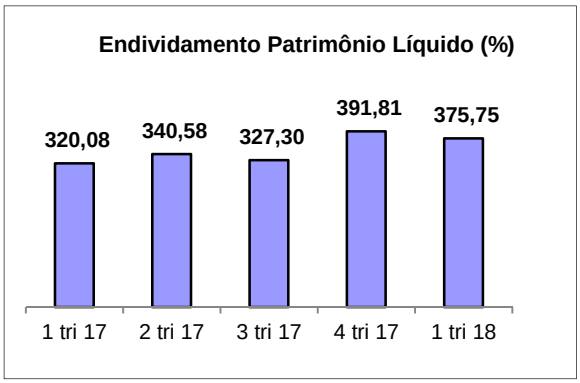


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

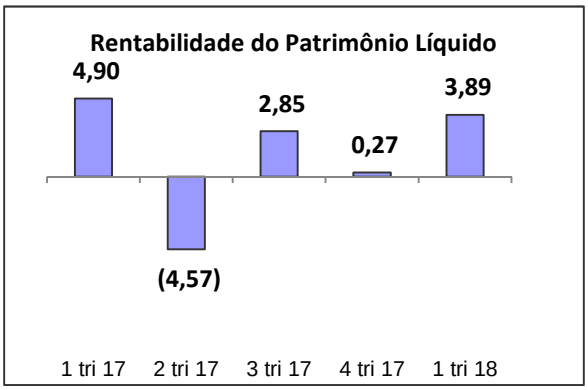
Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

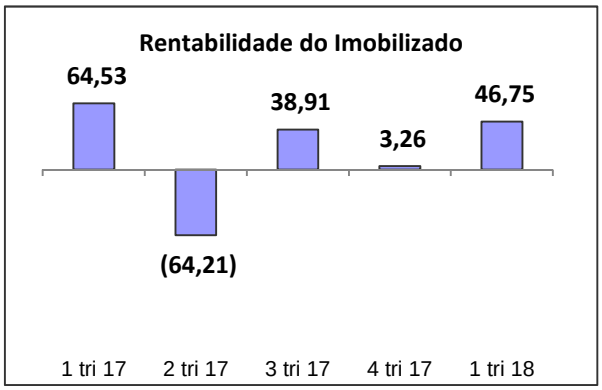
1.3. Endividamento

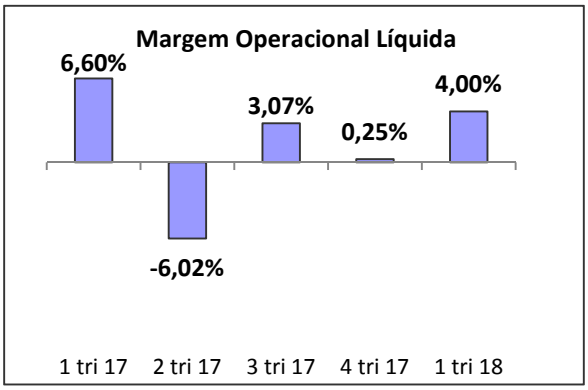


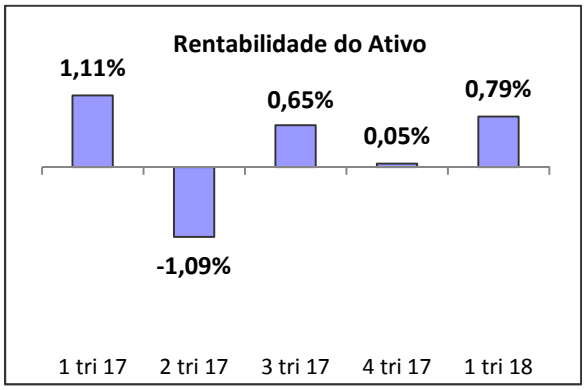


1.4. Rentabilidade





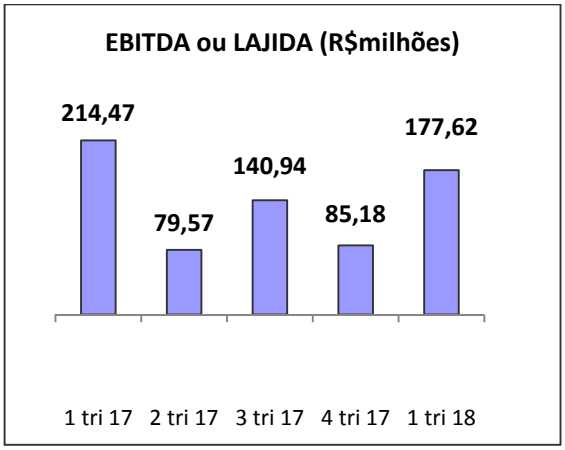


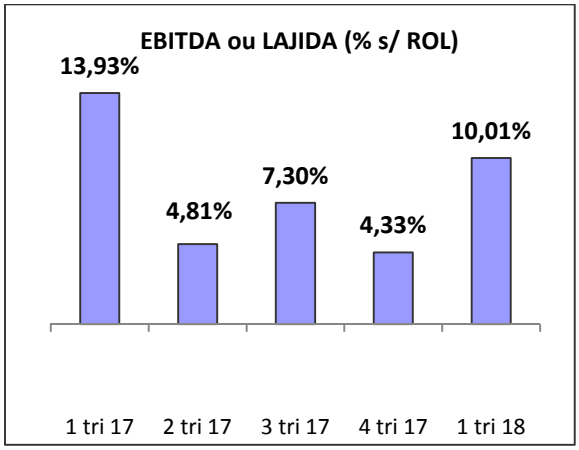


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

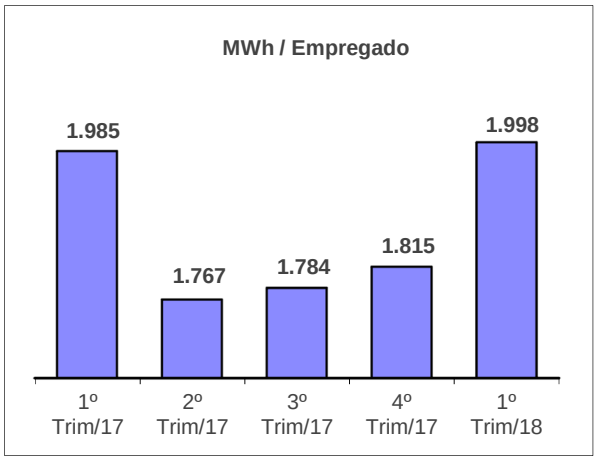
Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

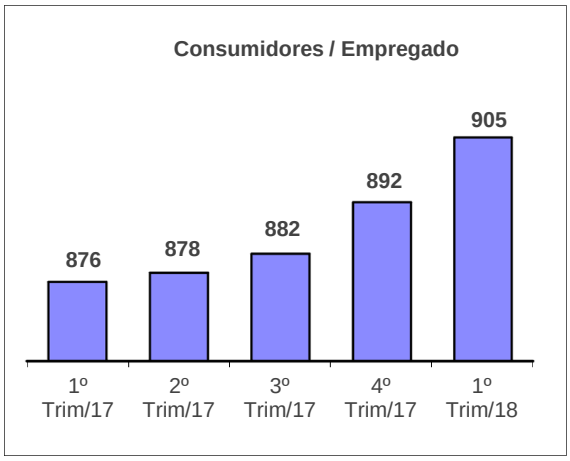
1.5. EBITDA ou LAJIDA

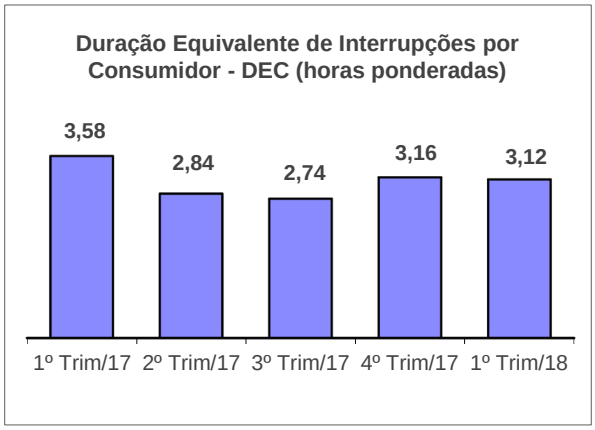


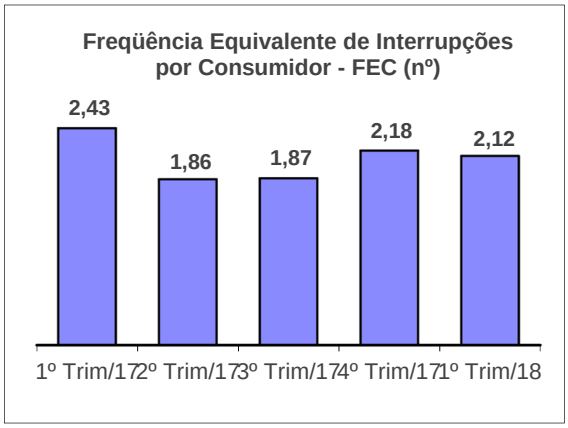


1.6. Eficiência



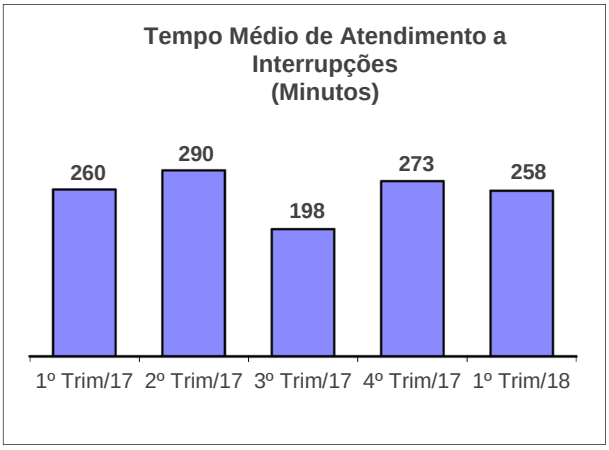


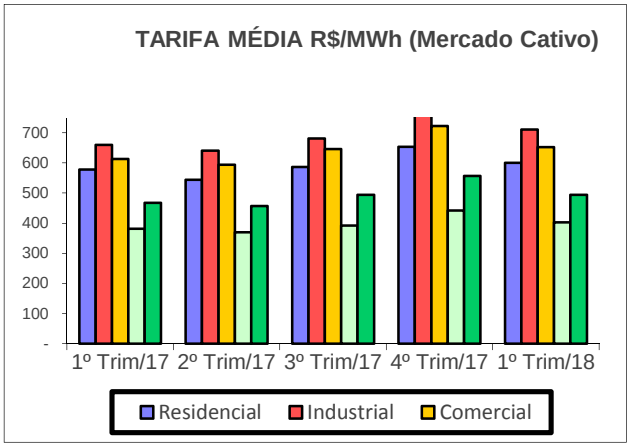




Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.





Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico

CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 11 de maio de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Renato Vieira Lima
Auditores Independentes	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC	CRC nº 1 SP 257330/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

_____

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

_____

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

_____

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

_____

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

_____

Vítor Lopes Guimarães

Diretor de Distribuição

_____

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

_____

Fábio Fick

Diretor de Planejamento e Controle Interno

_____

José Eduardo Evangelista

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

_____

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes, da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

_____

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

_____

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

_____

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

_____

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

_____

Vítor Lopes Guimarães

Diretor de Distribuição

_____

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

_____

Fábio Fick

Diretor de Planejamento e Controle Interno

_____

José Eduardo Evangelista

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

_____

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8